



**Dora Isabel
Gonçalves Reis**

**O Regulamento (CE) nº 1606/2002: Os Antecedentes
da Evolução das Directivas Bancária e Seguradora**



**Dora Isabel
Gonçalves Reis**

**O Regulamento (CE) nº 1606/2002: Os Antecedentes
da Evolução das Directivas Bancária e Seguradora**

Dissertação apresentada ao Instituto Superior de Contabilidade e Administração da Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Contabilidade ramo Auditoria, realizada sob a orientação científica dos Professores, Doutora Elda Maria da Costa e Melo Guimarães e Doutor Sérgio Nuno da Silva Ravara Almeida Cruz, professores do Instituto Superior de Contabilidade e Administração da Universidade de Aveiro.

Não sou nada.

Nunca serei nada.

Não posso querer ser nada.

À parte isso, tenho em mim
todos os sonhos do mundo (...)

Álvaro de Campos

O Júri

PRESIDENTE

Graça Maria do Carmo Azevedo

Equiparada a Professora Adjunta do Instituto Superior de Contabilidade e Administração da Universidade de Aveiro

ORIENTADOR

Elda Maria da Costa e Melo Guimarães

Professora Adjunta do Instituto Superior de Contabilidade e Administração da Universidade de Aveiro

CO-ORIENTADOR

Sérgio Nuno da Silva Ravara Almeida Cruz

Equiparado a Assistente do 2º Triénio do Superior de Contabilidade e Administração da Universidade de Aveiro

ARGUENTE

Fernando José Peixinho Araújo Rodrigues

Professor Adjunto do Instituto Politécnico de Bragança

Agradecimentos

Ao terminar uma longa caminhada como é o Mestrado, e olhar para trás, sentimos uma dívida de gratidão para com diversas pessoas que, em maior ou menor medida, contribuíram para que esse trabalho pudesse ser realizado.

Manifesto o meu agradecimento aos orientadores, Prof. Doutora Elda Maria da Costa e Melo Guimarães e Prof. Doutor Sérgio Nuno da Silva Ravarra Almeida Cruz, que, dentro das limitações de tempo que se viram obrigados pela participação nos trabalhos inerentes ao Acordo de Bolonha, desde o início mostraram total disponibilidade para conduzir a orientação desta dissertação.

Em especial gostaria de agradecer aos colegas/amigos que me acompanharam nesta longa caminhada, pelo auxílio, amizade e apoio que sempre me prestaram, sem os quais não teria chegado ao fim: Anabela Fernandes, Ana Rita Saldida, Daniel Coelho, Ermelinda Teixeira, Joaquim Ladeiro, Jorge Pacheco, Matilde Fonseca, Ricardo Madail e Rui Coutinho.

Reitero ainda um sentimento de gratidão especial, ao Sr. Raul Abrantes e à Sr.^a D. Ilda Martins, por toda a confiança depositada e tempo dispensado.

Palavras-chave

Harmonização, Banca, Seguros e Comunidade Europeia.

Resumo

A União Europeia teve nas últimas décadas a preocupação de efectivar a harmonização contabilística a nível global.

Avançou para a harmonização das diferentes políticas sociais e económicas, seguidas pelos diversos EM, por força da necessidade das empresas recorrerem ao financiamento de mercado de capitais.

O Regulamento (CE) N.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho de 2002, teve como objectivo tornar obrigatória a elaboração e apresentação das normas internacionais de contabilidade, para as contas consolidadas das sociedades com valores mobiliários admitidos em mercados regulamentados.

Desde a criação da CEE foram aprovadas em matérias contabilísticas, quatro principais Directivas: Directiva 78/660/CEE, de 25 de Julho de 1978 (4.ª Directiva), relativa às contas anuais de certos tipos de sociedades; Directiva 83/349/CEE, de 13 de Junho de 1983 (7.ª Directiva), relativa às contas consolidadas; Directiva 86/635/CEE, de 8 de Dezembro de 1986 (Directiva Bancária), relativa às contas anuais e às contas consolidadas dos bancos e outras instituições financeiras; Directiva 91/674/CEE, de 19 de Dezembro de 1991 (Directiva Seguradora), relativa às contas anuais e contas consolidadas das empresas seguradoras.

As mudanças efectuadas prosseguem um objectivo de transparência e de clarificação das regras comunitárias, e correm no sentido de se poder efectuar comparações no sector bancário e segurador a nível global.

A nossa contribuição para este projecto será transmitir uma informação o mais detalhada possível e rigorosa, quanto aos antecedentes e subsequente evolução das alterações nas Directivas Bancária e Seguradora.

Keywords

Harmonization, Bank, Insurance and the European Community

Abstract

The European Union has in recent decades the desire to achieve the accounting harmonization at the global level.

Advanced to the harmonization of various economic and social policies, followed by several MS, under the necessity of companies, they appeal to finance scheduled capital.

Regulation (EC) No. 1606/2002 of the European Parliament and the Council of 19 July 2002, aimed to make the preparation and presentation of international accounting standards for consolidated accounts of companies with securities admitted on regulated markets.

Since the creation of the EEC were approved on accounting matters, four main Directives: Directive 78/660/EEC of 25 July 1978 (4th rd Directive) on the annual accounts of certain types of companies; Directive 83/349 / EEC of 13 June 1983 (7th rd Directive) on consolidated accounts; Directive 86/635/EEC of 8 December 1986 (the Banking Directive) on the annual accounts and consolidated accounts of banks and other financial institutions; Directive 91/674/EEC of 19 December 1991 (Insurance Directive) on the annual accounts and consolidated accounts of insurance undertakings.

Changes made on one objective of transparency and clarification of rules, and are to be able to make comparisons in banking and insurance sector globally.

Our contribution for this project will provide detailed information, as possible and accurate, as the history and subsequent evolution of changes in the Banking and Insurance Directives.

ÍNDICE

LISTA DE SIGLAS	III
LISTA DE FIGURAS	IV
1. INTRODUÇÃO	1
2. A ENVOLVENTE	5
3. DIRECTIVAS CONTABILISTICAS NUM CONTEXTO DE HARMONIZAÇÃO	11
3.1. QUARTA E SÉTIMA DIRECTIVAS	11
3.1.1. Quarta Directiva 78/660/CEE do Conselho	12
3.1.2. Sétima Directiva 83/349/CEE do Conselho	16
3.1.3. Principais Alterações às Quarta e Sétima Directivas	18
3.2. DIRECTIVAS DO SECTOR BANCÁRIO	19
3.2.1. Primeira Directiva 68/151/CEE do Conselho	19
3.2.2. Segunda Directiva 77/91/CEE do Conselho	22
3.2.3. Primeira Directiva <i>Bancária</i> 77/780/CEE do Conselho	24
3.2.4. Directiva <i>Bancária</i> 86/635/CEE do Conselho	26
3.2.5. Segunda Directiva <i>Bancária</i> 89/646/CEE do Conselho	30
3.2.6. Directiva 90/604/CEE do Conselho	32
3.2.7. Directiva 90/605/CEE do Conselho	33
3.2.8. Directiva 98/33/CEE do Parlamento Europeu e do Conselho	33
3.2.9. Directiva 2000/12/CE do Parlamento Europeu e do Conselho	35
3.2.10. Directiva 2001/65/CE do Parlamento Europeu e do Conselho	38
3.3. DIRECTIVAS DO SECTOR SEGURADOR	38
3.3.1. Primeira Directiva 73/239/CEE do Conselho (<i>Primeira Geração Não Vida</i>)	47

3.3.2. Primeira Directiva 79/267/CEE do Conselho (<i>Primeira Geração Vida</i>).....	49
3.3.3. Segunda Directiva 88/357/CEE do Conselho (<i>Segunda Geração Não Vida</i>).....	52
3.3.4. Segunda Directiva 90/619/CEE do Conselho (<i>Segunda Geração Vida</i>)	54
3.3.5. Directiva <i>Seguradora</i> 91/674/CEE do Conselho	55
3.3.6. Directiva 92/49/CEE do Conselho (<i>Terceira Geração Não Vida</i>)	57
3.3.7. Directiva 92/96/CEE do Conselho (<i>Terceira Geração Vida</i>)	59
3.3.8. Directiva 2002/12/CE do Parlamento Europeu e do Conselho (<i>Margem Solvência do ramo Vida</i>)	61
3.3.9. Directiva 2002/13/CE do Parlamento Europeu e do Conselho (<i>Margem de Solvência do ramo Não Vida</i>).....	63
4. BASILEIA.....	65
4.1. BASILEIA I.....	65
4.2. BASILEIA II	67
5. SOLVÊNCIA	71
5.1. SOLVÊNCIA I	73
5.2. SOLVÊNCIA II.....	74
6. CONCLUSÃO	76
BIBLIOGRAFIA.....	79

LISTA DE SIGLAS

CE	- Comunidade Europeia
CEE	- Comunidade Económica Europeia
EC	- Estrutura Conceptual
EM	- Estado Membro
UE	- União Europeia
G-10	- Organização internacional dos dez maiores países económicos
IAS	- International Accounting Standard
IASB	- International Accounting Standards Board
IASC	- International Accounting Standards Committee
IOSCO	- International Organization of Securities Commissions
NIC	- Normas Internacionais de Contabilidade
NU	- Nações Unidas
OCDE	- Organização para Cooperação Desenvolvimento Económico
ONU	- Organização das Nações Unidas
PME	- Pequenas e Médias Empresas
RJAS	- Regime Jurídico da Actividade Seguradora
SCI	- Sistema Controlo Interno de Risco Operacional
SIC	- Standing Interpretations Committee

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1 - Evolução do Projecto Solvência
- Figura 2 - Tipos de risco a cobrir com fundos próprios

1. INTRODUÇÃO

A liberdade de circulação de bens e serviços e de pessoas, as tecnologias de informação, a criação de grandes espaços a nível mundial, o crescente papel da Organização Mundial do Comércio, as redes de transporte a nível internacional são, entre outros, alguns sinais que tornam mais evidente o fenómeno da globalização.

Nas palavras de Cavaco Silva (2002), este fenómeno traduz a crescente interligação e interdependência entre os países em resultado da liberalização dos fluxos internacionais de comércio, de capitais, de tecnologias e de informação e do aumento da mobilidade das pessoas que se têm vindo a verificar depois da 2ª Guerra Mundial.

Nesse cenário denominado por *globalização*, a harmonização contabilística surge como o instrumento indispensável devido à sua eficácia no aumento da comparabilidade da informação financeira.

O conceito de harmonização contabilística é um processo que visa a convergência dos diferentes sistemas contabilísticos utilizados nos diversos países, de modo a criar a comparabilidade da informação financeira. As mudanças que vão ocorrendo, no sentido da harmonização contabilística, resultam do trabalho de dois organismos: o IASB e a CE.

As vantagens da harmonização contabilística passam pela apresentação de um único conjunto de contas (redução de custos significativos), a aceitação directa das contas das entidades emitentes nacionais nas diversas praças internacionais (facilidade de *cross-border*) e a facilidade de acesso à captação de recursos junto dos investidores internacionais (comparabilidade da informação financeira e confiança na aplicação dos respectivos critérios contabilísticos).

O desenvolvimento dos mercados económicos e financeiros conduz à reconhecida necessidade de minimização das inconsistências nos procedimentos contabilísticos entre os diversos países. Tornou-se urgente implementar um corpo de normas, aceite internacionalmente, por forma a assegurar que a informação que serve de base à tomada de decisões por parte de todos os agentes económicos seja transparente, compreensível, fiável, consistente e comparável à escala internacional. Tal relevância decorre das linhas

orientadoras seleccionadas para o tratamento da informação financeira em cada país poderem ter impactos profundos no relato financeiro de uma mesma entidade económica e conduzirem a diferenças quanto aos resultados apurados nas demonstrações financeiras por parte da mesma. (Amaral, 2001).

Nobes (1996), citado por Amaral (2001), afirmou que a estratégia desenvolvida pela UE consistem em:

“...alcançar uma desejável harmonização contabilística num processo tipo governamental, o qual envolve representantes de diversos EM que preparam projectos de lei baseados numa determinada EC. Trata-se de um sistema contabilístico suportado pelo poder político e que funciona, pois está expressamente dotado de autoridade regulamentar, forçando ao cumprimento das leis.”

A UE, no âmbito da lei das sociedades comerciais, produz directivas utilizadas como instrumento de harmonização contabilística. Tais Directivas foram transpostas para o direito interno de cada EM, onde estes têm de dar cumprimento.

Evidenciam-se em termos contabilísticos as Quarta e Sétima Directivas, bem como as Directivas sectoriais, Bancária e Seguradora.

O presente trabalho está inserido num projecto global, extensível a um grupo de alunos de Mestrado do Instituto Superior de Contabilidade e Administração da Universidade de Aveiro, que visa analisar o “Impacto da aprovação do Regulamento (CE) 1606/2002, do Parlamento e do Conselho”, abrangendo as mais diversas áreas. Neste âmbito, pretende constituir um contributo positivo para o trabalho final onde se vai inserir, designadamente através da análise dos antecedentes da evolução das Directivas Bancária e Seguradora, no seu conteúdo e enquadramento histórico no âmbito desse Regulamento, relativo à aplicação das Normas Internacionais de Contabilidade.

Os fundamentos que motivaram a escolha deste tema devem-se, em primeiro lugar, à actividade profissional em que estou inserida, nomeadamente na área da banca e seguros, e em segundo lugar, ao facto de poder contribuir positivamente para o já mencionado projecto global.

De início faremos uma breve apresentação do contexto internacional da harmonização contabilística a nível global e respectiva evolução ao longo das últimas décadas, evidenciando o contributo de organismos como o IASC, IASB, IOSCO, entre outros.

Numa segunda etapa, atendendo aos pressupostos obtidos, analisar-se-ão um conjunto de Directivas Comunitárias, entre as quais as Quarta e Sétima Directivas e ainda as Directivas Bancária e Seguradora.

Ainda nesta fase, e dentro das Directivas que encerram a ênfase primordial deste trabalho, faremos uma análise dos pontos de essencial relevo de algumas das Directivas Comunitárias que permitiram o desenvolvimento das primeiras mencionadas. Nomeadamente na protecção dos sócios e de terceiros, na liberdade de estabelecimento e no desenvolvimento do mercado interno, na remoção de obstáculos à prestação de serviços através das fronteiras dos vários EM, nas disposições legislativas respeitantes ao acesso da actividade dos estabelecimentos de crédito e ao seu exercício, e ainda na análise às contas anuais e consolidadas dos bancos e entidades seguradoras, no que diz respeito ao seu âmbito de aplicação.

Numa fase subsequente, analisaremos o impacto do *Acordo de Basileia I*, alcançado em 1988 com o documento intitulado *Basel Capital Accord*. Este acordo tem como objectivo reforçar a solidez e a estabilidade do sistema bancário internacional e minimizar as desigualdades competitivas entre os bancos. Posteriormente, e em 2004, nasce aquela que será a versão final do novo Acordo, *Basel II: International Convergence of Capital Measurement and Capital Standards: a Revised Framework*, designado por *Basileia II*, com os propósitos de promover a estabilidade financeira, favorecer a adopção das melhores práticas de gestão de riscos e estimular maior transparência e disciplina de mercado.

Ainda abordaremos a utilidade do projecto de Solvência, com uma estrutura idêntica ao Acordo Basileia, que assume fulcral importância económica e social no âmbito da actividade seguradora. O projecto *Solvência I* teve como principal objectivo não só o reforço das garantias existentes para a operação das companhias de seguros, através do aumento das margens de solvência mínimas exigidas, sendo o modelo de cálculo

considerado relativamente simples, como também a atribuição de maiores poderes aos órgãos reguladores.

Em consequência de desenvolvimentos posteriores, surge o projecto de Solvência II que apresentou uma revisão mais ampla da situação financeira das empresas de seguros, onde determinou um quadro global de solvência aplicado a todas as seguradoras dos EM, baseado no risco e numa supervisão eficaz que proteja de forma efectiva os direitos dos segurados.

Na parte final abordaremos as perspectivas de evolução futuras ao nível do mercado europeu, nomeadamente no que respeita ao Regulamento (CE) 1606/2002 e à sua adopção.

A metodologia utilizada na elaboração do trabalho assentou na análise bibliográfica para a revisão de literatura, com o intuito de conhecer as contribuições prestadas pelas Directivas Comunitárias, bem como recolher, seleccionar, analisar e interpretar contribuições teóricas sobre o tema em estudo. Tal como referiu Johson (1984), citado por Bell (1997), a análise de dados documentais é uma fonte de dados de extrema importância.

2. A ENVOLVENTE

Uma das condições básicas numa economia de mercado é a existência de um sector financeiro concorrencial devidamente desenvolvido, implementado de uma forma gradual, e de um enquadramento jurídico que regule este sector.

O instrumento de harmonização contabilística utilizado por parte da UE tem sido a criação de directivas, no âmbito da lei das sociedades comerciais, transpostas para o direito interno de cada EM, às quais estes têm de dar cumprimento. Destacam-se em termos contabilísticos as Quarta e Sétima Directivas, bem como as Directivas Bancária e Seguradora.

- A Quarta Directiva (78/660/CEE) trata da estrutura e apresentação das contas anuais, bem como do conteúdo do relatório de gestão e da publicidade dos documentos de prestação de contas.
- A Sétima Directiva (83/349/CEE) refere-se aos procedimentos de consolidação de contas.
- A Directiva Bancária (86/635/CEE) incide sobre as contas anuais e consolidadas dos bancos e outras instituições financeiras.
- A Directiva no âmbito das Empresas de Seguros (91/674/CEE) reporta-se às contas anuais e às contas consolidadas das empresas de seguros.

Numa conjuntura económica com forte investimento no estrangeiro, como a que se começou a verificar no início dos anos setenta do século passado, surgiram vários sinais de receptividade à preparação de normas internacionais de contabilidade, com vista à resolução de diversos problemas derivados da existência de vários regimes contabilísticos nacionais, no interior de grupos económicos operando em diversos países, os quais não só constituíam obstáculos ao crescimento e dispersão geográfica dos negócios, como também complicavam os mecanismos de controlo e de consolidação de contas e provocavam acréscimos de prazos e de custos das tarefas contabilísticas, ou seja, revelaram-se prejudiciais à internacionalização e competitividade das empresas.

Neste contexto, foi criado em 1973 o IASC¹ cuja principal actividade se centrou na emissão de Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e de Interpretações de Normas Internacionais de Contabilidade (SIC).

No período 1973-2000 podem reconhecer-se três grandes etapas na trajectória do IASC, tendo na última, compreendida entre 1996-2000, sido revistas, reformatadas e emitidas diversas normas e interpretações que constituem o actual corpo das IAS e SIC, em consequência de acordos estabelecidos com a IOSCO².

Em todo o processo da normalização verifica-se a existência de duas abordagens: harmonização como resultado de uma iniciativa pública, realizada por organismos ou autoridades com competência para regular a vida económica; e a harmonização como resultado de iniciativas de âmbito privado, desenvolvida por profissionais da contabilidade, por intermédio das respectivas organizações. Daí existirem na Europa parcerias público-privadas sobre a harmonização internacional.

Montesinos Julve³ (1981) referiu que a iniciativa privada para a emissão de normas é apoiada pelo IASC, o qual basicamente responde à concepção anglo-saxónica da contabilidade. A emissão de normas a nível mundial constitui o principal componente das regras contabilísticas europeias, com uma projecção e importância superiores às da UE, devido essencialmente à influência mundial e ao maior apoio internacional recebido por

¹ O IASC foi fundado em 1973 pela liderança dos seguintes países: Alemanha, Austrália, Canadá, Estados Unidos, França, Holanda, Irlanda, Japão, México e Reino Unido. O IASC tem sede em Londres e tem como objectivo formular e divulgar, no interesse público, normas evoluídas e uniformes para a elaboração das demonstrações financeiras, e torná-las aceitáveis em nível internacional. Em 1997, o IASC criou o SIC, um comité técnico dentro da sua estrutura, responsável pela publicação de interpretações chamadas SIC cujo objectivo era responder as dúvidas de interpretações dos usuários. A 1 de Abril de 2001, surge o IASB, resultante da reformulação do IASC e adoptando as IAS e SIC emitidas pelo IASC (Wikipédia, 2009).

² Na IOSCO cada EM está representado pela respectiva Comissão do Mercado de Valores Mobiliários. Este Organismo, que regula os mercados bolsistas a nível mundial, tem como objectivo principal verificar se as agências de notação de risco transmitem informação completa e verdadeira ao mercado e aderem aos mecanismos criados para fazer face aos conflitos de interesse. Em Julho de 1995, a IOSCO, organização sediada em Montreal, Canadá, tornou público um acordo com o IASC, no sentido de este proceder, até 1999, a melhorias significativas às suas normas e criar outras para tratar novos assuntos pertinentes, findo o qual a IOSCO iria considerar a sua recomendação para serem aceites como corpo de normas a observar por todas as empresas estrangeiras já cotadas ou que pretendam ser admitidas à cotação em qualquer bolsa de valores mundial, o que veio a acontecer em Maio de 2000 (Wikipédia, 2009).

³ Professor Catedrático de Contabilidade, na Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais da Universidade de Valência (Espanha).

este comité. A iniciativa pública no espaço europeu é exercida pela UE⁴, emitindo normas contabilísticas internacionais de âmbito regional. As normas mundiais, devido à iniciativa pública da OCDE⁵ e das NU⁶, constituem um tecto normativo com o qual se tem de contar na hora de descrever o quadro regulamentar, e define o modelo Europeu de Contabilidade para promover contactos e trabalhos de forma a obter recomendações indicativas, levando à melhoria gradual das práticas contabilísticas dentro do espaço europeu.

Mais concretamente, o quadro global do modelo contabilístico europeu resulta de uma combinação de dois grupos de normas internacionais: as especificamente europeias, emitidas pela Comissão da CEE, obrigatórias para os EM, e as normas indicativas resultantes da iniciativa privada da União Económica de Contabilistas, apesar de estas últimas terem uma menor incidência; e as de âmbito mundial, anteriormente referidas (da OCDE, da ONU e do IASC).

O processo que antecedeu a aceitação pela UE das normas do IASB é com frequência dividido em duas fases, ainda que estas não se sucedam de modo completamente linear.

A primeira corresponde a uma tentativa de harmonização pela via da transposição, pelos diversos EM, de directivas emanadas da Comissão e do Conselho da UE. Tal tentativa veio a revelar-se fracassada, uma vez que a liberdade propiciada pelas opções disponíveis,

⁴ A UE, anteriormente designada por CEE e CE, é uma organização internacional constituída actualmente por 27 EM. Foi estabelecida com este nome pelo Tratado da UE (normalmente conhecido como Tratado de Maastricht), assinado a 7 Fevereiro de 1992, mas muitos aspectos desta união já existiam desde a década de 50. A UE tem sedes em Bruxelas, Luxemburgo e Estrasburgo. A UE tem várias visões, sendo as mais importantes, o mercado único europeu (uma união aduaneira), uma moeda única (o euro, adoptado por 15 dos 27 EM) e as políticas agrícolas, de pescas, comercial e de transportes comuns. A UE desenvolve também várias iniciativas para a coordenação das actividades judiciais e de defesa dos EM.

⁵ A OCDE é uma organização internacional dos países comprometidos com os princípios da democracia representativa e da economia de livre mercado. A sede desta organização fica em Paris e foi criada em 30 de Setembro de 1961, sucedendo à Organização para a Cooperação Económica Europeia, criada em 16 de Abril de 1948. A OCDE é também chamada do Grupo dos Ricos. Juntos, os 30 países participantes produzem mais da metade de toda a riqueza do mundo. A OCDE influencia a política económica e social de seus membros. Entre os objectivos está o de ajudar o desenvolvimento económico e social no mundo, estimulando o investimento nos países em desenvolvimento.

⁶ A Organização das Nações Unidas (ONU ou simplesmente NU) foi fundada oficialmente a 24 de Outubro de 1945 em São Francisco, Califórnia, por 51 países, logo após o fim da Segunda Guerra Mundial. A primeira Assembleia Geral celebrou-se a 10 de Janeiro de 1946 (em Westminster Central Hall, localizada em Londres). A precursora das Nações Unidas foi a Sociedade de Nações (também conhecida como "Liga das Nações"), organização concebida em circunstâncias similares durante a Primeira Guerra Mundial e estabelecida em 1919, em conformidade com o Tratado de Versalhes, "para promover a cooperação internacional e conseguir a paz e a segurança". Um dos feitos mais destacáveis da ONU é a proclamação da Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948. A sua sede actual é na cidade de Nova Iorque.

aquando da transposição interna pelos EM, levava a que tão-somente pequenos ajustes, ou por outro lado, mudanças pouco significativas, fossem aditados ao normativo nacional. As opções eram exercidas no sentido de incorporar os modelos e práticas vigentes nos diferentes países.

Este entendimento fora confirmado pela própria Comissão que, em Novembro de 1995, dá a conhecer um documento intitulado “*Harmonização Contabilística: Uma Nova Estratégia Relativamente à Harmonização Internacional*”, declarando publicamente as significativas lacunas geradas pelo mecanismo de adopção de directivas (Comissão das Comunidades Europeias, 1995).

Numa segunda fase, verifica-se uma estratégia de intervenção mais directa no seio dos EM que, a par de regulamentos comunitários de cariz contabilístico e com força normativa imediata nas esferas nacionais, resultou numa aproximação aos organismos de normalização contabilística internacional.

Após a UE abandonar o mecanismo da adopção de directivas, e bem assim do insucesso decorrente do recurso à normalização própria, a ineficácia de tais mecanismos foi uma vez mais posto em evidência pela Comissão num outro documento, este agora datado de 2000 e denominado “*Estratégia da UE para o Futuro em Matéria de Informações Financeiras a Prestar pelas Empresas*”⁷ (Comissão das Comunidades Europeias, 2000).

Frits Bolkestein⁸ (2000), citado por Albuquerque (2007), afirmou que:

“...os custos das divergências nos métodos de apresentação de informações financeiras podem ser extremamente onerosos para os investidores e outros grupos de interessados. A adopção das propostas anunciadas na presente Comunicação deverá contribuir para eliminar a fragmentação que prevalece actualmente na Europa em matéria de informação financeira. Simboliza a firme intenção da Europa de suprimir as diferenças contabilísticas enquanto novo passo no sentido do desenvolvimento de mercados de serviços financeiros e de capitais integrados, profundos e líquidos, a fim de incrementar a eficiência da mobilização de capitais, preservando simultaneamente a protecção dos investidores.”

⁷ Na Comunicação foi proposto que todas as sociedades cotadas da UE fossem obrigadas a elaborar as suas contas consolidadas em conformidade com um conjunto único de normas contabilísticas, designadamente as IAS, pelo menos a partir de 2005. Esta estratégia foi aprovada pela Comissão e pelos EM através da adopção do Regulamento NIC.

⁸ Frederik (Frits) Bolkestein, Comissário Europeu responsável pelo pelouro do Mercado Interno, actual Presidente da Internacional Liberal.

Os objectivos prendiam-se então com a apresentação pela Comissão ao Conselho de Ministros e ao Parlamento Europeu, até ao final de 2000, de uma proposta legislativa que impusesse a obrigatoriedade da aplicação das IAS, com efeitos, o mais tardar, a partir de 2005. Argumentavam os seus mentores com a necessidade da apresentação de informações financeiras com maior nível de comparabilidade e transparência, permitindo aos investidores e demais interessados maior eficácia no que toca à afectação de capitais.

Seguiu-se então, cumprindo a estratégia de harmonização prevista no documento de 2000, a publicação do Regulamento n.º 1606/2002/CE (Parlamento Europeu e Conselho da União Europeia, 2002c), assumindo-se o IASB como organismo normalizador de referência em matérias contabilísticas na UE. Este documento revela o relativo abandono de um modelo de regulação que se veio a verificar ineficaz face às forças próprias dominantes no mercado e vem ainda, no tocante às normas de informação consolidada das empresas com valores cotados em mercado livre na UE, retirar poderes aos EM de emissão de normativos de ordem contabilística, não obstante delegar nestes poderes para legislar sobre esta disciplina na esfera de outras entidades, nomeadamente as não cotadas e bem assim, de forma especial, as PME.

Posteriormente, e em consonância com o Regulamento (CE) 1606/2002, é publicado o Regulamento (CE) 1725/2003 (Comissão das Comunidades Europeias, 2003b), o qual determina as IAS a serem aplicadas em observância ao anteriormente estipulado e aceita como válidas as IAS vigentes à data de 14 de Setembro de 2002.

Interessante é notar que a *Framework for the Preparation and Presentation of Financial Statements*, traduzida como Estrutura Conceptual para a Apresentação e Preparação das Demonstrações Financeiras, doravante designada por EC, não fora adoptada neste último regulamento, justificando-se tal opção pelo facto de a EC não constituir ela própria uma norma, não tendo ainda qualquer prevalência sobre estas no caso de resolução de conflitos. No entanto, proporciona uma base para efeitos de resolução de questões contabilísticas. Por esse facto, a EC foi publicada em anexo ao documento emitido pela Comissão das Comunidades Europeias (2003b) intitulado “Observações relativas a certas disposições do Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho de 2002, relativo à aplicação das normas internacionais de contabilidade, bem como da Quarta

Directiva 78/660/CEE do Conselho, de 25 de Julho de 1978, e ainda da Sétima Directiva 83/349/CEE do Conselho, de 13 de Junho de 1983, relativa às contas consolidadas”

3. DIRECTIVAS CONTABILÍSTICAS NUM CONTEXTO DE HARMONIZAÇÃO

As Directivas contabilísticas constituem o mais importante modo de regulação. Foram desenvolvidas ao abrigo do Tratado de Roma⁹ (Europa, 1957), doravante designado apenas por Tratado, e vinculam os EM quanto ao resultado a ser alcançado, mas deixam uma margem de liberdade, para que estes possam decidir, em cada caso, a forma e os meios a empregar para alcançar os resultados desejados.

Estes diplomas são emitidos pela Comissão Europeia, com a sanção do Conselho de Ministros da UE. Têm força de lei, no sentido de que devem ser seguidos obrigatoriamente. O texto das Directivas versa sobre assuntos vários, desde a organização e estrutura dos diversos organismos europeus até a disposição das contas, consolidação das demonstrações contabilísticas e procedimentos de auditoria. A fórmula encontrada pela Comissão Europeia para fazer com que as Directivas fossem observadas foi estabelecer prazos para que o teor das mesmas fosse transposto para a legislação nacional de cada país da UE.

As Directivas não se destinam a regular directamente as actividades das sociedades, mas são sim dirigidas aos EM, que serão os responsáveis pela adaptação da legislação nacional ao seu conteúdo: é este direito nacional harmonizado a que estão sujeitas as sociedades de cada EM da Comunidade.

Sob proposta da Comissão, as Directivas são promulgadas pelo Conselho, após uma longa e exaustiva discussão, da qual se visa aproximar as legislações dos diversos países através de compromissos entre as diferentes posições e interesses.

3.1. QUARTA E SÉTIMA DIRECTIVAS

As Directivas que tiveram maior impacto sobre a contabilidade das empresas europeias são as Quarta, Sétima e Oitava. Mas focaremos maior importância nas normas técnico-

⁹ No dia 25 de Março de 1957, seis países europeus – o Reino da Bélgica, a República Federal Alemã, a República Francesa, a República Italiana, o Grão-Ducado do Luxemburgo e o Reino dos Países-Baixos, – assinaram o Tratado de Roma, através do qual instituíam a CEE e a CE da Energia Atómica (CEEa ou Euratom). Era o segundo passo no sentido da concretização de uma Europa supranacional. O primeiro havia sido concluído em 1952, com a CE do Carvão e do Aço (CECA), envolvendo os mesmos protagonistas. Nos cinco anos que distam entre os dois momentos, muitas negociações, muitos avanços e recuos ocorreram, incluindo o fracasso, em 1954, de uma CE de Defesa (CED).

contabilísticas comunitárias, constituídas pelas Directivas técnicas de contabilidade (Quarta e Sétima). Estas foram, sem dúvida, as que tiveram um papel principal na normalização contabilística da UE.

De acordo com a Comunicação COM (95) 508 da Comissão Europeia (1995):

“As Quarta e Sétima Directivas sobre o direito das sociedades fornecem uma base harmonizada para a elaboração das contas das empresas individuais e de grupos de empresas na UE. Estas Directivas permitiram um aumento geral da qualidade das normas contabilísticas, melhorando a comparabilidade das contas e, consequentemente, das condições das actividades transfronteiras, tendo ainda permitido o reconhecimento mútuo das contas para efeitos de admissão à cotação dos valores mobiliários em toda a UE.”

As Directivas técnicas de contabilidade assumem-se como um rigoroso trabalho de aproximação das diversas posições legislativas e práticas entre os EM, estão inseridas no direito comunitário das sociedades, e caracterizam-se por serem flexíveis, deixando margem para adaptação dos EM às suas próprias sociedades. Estes documentos legislativos revelaram-se um instrumento de harmonização, uma vez que conseguiram introduzir nos países de influência continental conceitos de natureza anglo-saxónica como *true e fair view* das demonstrações financeiras e o princípio da substância sobre a forma, mas também introduziram o modelo das demonstrações financeiras nos países de influência anglo-saxónica, até aí inexistente. Todavia, estas Directivas ao congregarem as diversas soluções vigentes no espaço europeu fizeram com que, aquando da sua efectiva aplicação, os seus resultados tenham ficado muito aquém do inicialmente previsto, uma vez que, no momento da transposição para o direito interno de cada um dos países, os EM puderam escolher a opção que lhes estava mais próxima das práticas vigentes. Assim, as alterações introduzidas tiveram um impacto final de reduzida dimensão, o que implicou que, na prática, continuasse sem existir normalização. As Directivas trouxeram alguma harmonização, mas o número de opções nelas contidas foi de tal modo vasto que os resultados que produziram foram insuficientes para normalizar o relato contabilístico na UE.

3.1.1. Quarta Directiva 78/660/CEE do Conselho

A harmonização do direito das sociedades fundamenta-se no n.º 3, alínea g), do art.º 54.º do Tratado (Europa, 1957, p36). A Quarta Directiva (Conselho das Comunidades Europeias,

1978) exige que todas as empresas de responsabilidade limitada elaborem contas anuais. Em conformidade com a sua base jurídica, a Quarta Directiva não pretende atingir uma completa normalização das normas contabilísticas. Pretende sim a comparabilidade e equivalência da informação financeira. Consequentemente, a Directiva prevê um vasto número de opções a utilizar pelos EM ou pelas empresas, que possibilitam tratamentos contabilísticos diferentes. A comparabilidade entre as diversas opções é estabelecida através de informações adicionais constantes das notas que devem acompanhar o Balanço e a Demonstração dos Resultados. Estão previstas isenções para as PME.

De entre todas as Directivas de direito comunitário, a Quarta Directiva (Conselho das Comunidades Europeias, 1978) é a que mais se destaca, visando pois coordenar as legislações nacionais sobre as contas anuais de certas formas de sociedade, criando um conjunto harmonizado de requisitos de informação a divulgar por todas as sociedades de responsabilidade limitada na UE.

Esta Directiva (Conselho das Comunidades Europeias, 1978) é constituída por sessenta e dois artigos, divididos da seguinte forma:

- Âmbito e aplicação;
- Características gerais das contas anuais;
- Estrutura relativa ao Balanço e à Demonstração dos Resultados;
- Regras de valorimetria;
- Conteúdo do anexo;
- Conteúdo do relatório de gestão;
- Publicidade,
- Disposições finais.

Este diploma trata da apresentação das demonstrações contabilísticas e avaliação do património das empresas. Incorpora no texto o conceito da *true e fair view*, por força da influência inglesa, dinamarquesa e irlandesa, aquando da entrada desses países na UE, em 1973. Sinteticamente, a sua disposição centra-se sobre a estrutura formal do Balanço e da Demonstração dos Resultados, bem como sobre as regras de valorimetria.

Em Novembro de 1971, teve início o Processo de Normalização Contabilístico Europeu, devendo este período ser considerado como a chave para tal sistema.

Nessa data¹⁰, é apresentada a primeira proposta¹¹ da Comissão ao Conselho Europeu, escrita por um grupo de peritos da CEE, presidida por Elmendorff, que após tomar em consideração o parecer do Parlamento Europeu, do Comité Económico e Social e de um grupo de especialistas da CEE, a Comissão apresentou ao Conselho em 26 de Fevereiro de 1974, a qual veio a ter a sua versão final em 25 Julho de 1978, sendo divulgada no Jornal Oficial das Comunidades Europeias, em 14 de Agosto desse ano.

Na apresentação da proposta de alteração, foi feita referência à necessidade e preocupação sentida pelo grupo de trabalho de poder obter informação adequada e comparável sobre o património, situação financeira e os resultados das empresas.

A situação existente em 1971 indicava que a nomenclatura utilizada no Balanço e na conta de resultados era diferente em cada um dos EM, impedindo o estudo comparativo entre tais documentos dos diversos países e tornando ineficaz alguma da informação disponível.

Na maioria dos casos, o utilizador da informação financeira, mesmo conhecendo a estrutura das contas e as terminologias utilizadas no seu próprio país, não está em condições de analisar plenamente os documentos contabilísticos das sociedades de outros EM. Estas circunstâncias podem ser a causa dos entraves ao relacionamento entre as empresas. Além disso, as diferenças existentes entre as legislações nacionais em matéria de contabilidade apresentam um quadro adequado para que algumas empresas optem por se estabelecer nos países onde as exigências informativas sejam menores.

Estas diferenças podem também exercer uma influência negativa sobre a orientação racional dos investimentos na CEE, na medida em que os investidores não dispõem de informação suficiente, oportuna e comparável para tomar as suas decisões com pleno conhecimento.

¹⁰ Existem algumas divergências quanto ao dia exacto da proposta da Comissão: dia 10 ou dia 16 de Novembro.

¹¹ A primeira minuta da Quarta Directiva mencionava o termo *accuracy*, em lugar de *fairness*. O documento exigia o uso de princípios regulares e a prática de uma contabilidade adequada. A legislação alemã, e a dos outros países da Europa continental, não faziam menção da *true and fair view* na legislação de seus países. Este documento descreve que se deve ter o melhor tirocínio possível nas regras de avaliação do Aktiengesetz (AktG), o que significava, na prática, uma proibição tácita da super-avaliação de valores e uma permissão velada à subavaliação. No período pré Quarta Directiva, a norma contabilística legal da França exigia a *regularté et sincerité* nas contas das empresas; na Itália, exigia-se *chiarezza e precisione*, além de *evidenza e verità*. O efeito desejado para esses termos era que se evidenciasse moralidade nas contas, e se evitasse a publicação de factos que pudesse induzir a falsas conclusões. (Siqueira, 2000)

A Quarta Directiva (78/660/CEE) foi então adoptada pelo Conselho da Comunidade em 25 de Julho de 1978, relativa às contas anuais de certas formas de sociedades.

A sua elaboração durou cerca de sete anos. Entre outras, uma das causas para um período tão longo foi o alargamento da CEE, que produziu efeitos durante os anos setenta. A incorporação de novos países, principalmente Inglaterra, identificou novas abordagens e algumas revisões do texto que se estava a formular. Foi necessário, introduzir alguns conceitos de origem anglo-saxónica que não tinham sido previstos.

Encontrado um consenso, a Quarta Directiva, nas palavras de Cubillo Valverde¹² (1987), foi objecto de luz verde a partir da referida data. Desde então, a CEE dispõe de um texto harmonizador das contas anuais das empresas, texto esse que alguns analistas europeus consideram como *O Plano Europeu de Contabilidade* ou *A Carta Contabilística da CE*.

As orientações desta Directiva (Conselho das Comunidades Europeias, 1978) são aplicadas, conforme consta no seu artº 1º, às sociedades anónimas, sociedades por quotas e sociedades de responsabilidade limitada, ou seus equivalentes nacionais. Na expectativa de que sejam emanadas disposições específicas, esta Directiva não se aplica aos bancos e instituições financeiras, bem como às companhias de seguros.

Sendo a Quarta Directiva um documento harmonizador das contas anuais das empresas nos países da CEE, foi objecto de fortes críticas por parte de alguns especialistas europeus, sobretudo por falta de pormenor em alguns dos pontos de regulamentação.

Cubillo Valverde (1987) salientou que, e apesar de aceitar essas críticas em parte, a Quarta Directiva veio para preencher uma importante lacuna, cujos efeitos benéficos foram sendo entendidos. É evidente que esta Directiva deu um grande contributo para atingir o tão desejado objectivo de normalização contabilística a nível internacional. Se não vejamos. Por um lado a diversidade de legislações nacionais e as abordagens diversificadas que as mesmas reflectem; por outro, as dificuldades que se apresentam na criação de um modelo único, síntese de todos os países da CEE, implicava num processo longo de compatibilização, no âmbito do qual se devia valorizar a contribuição da Quarta Directiva

¹² Director do Instituto de Planificação Contabilística em Espanha e Presidente do Conselho Nacional de Contabilidade (Espanha).

no domínio das normas internacionais de contabilidade. Em bom rigor, e segundo o mesmo autor, a este documento se deve reconhecer mérito como instrumento eficaz para a aproximação de uma pluralidade de legislações nacionais que são influenciadas por contextos, princípios, doutrinas e práticas não coincidentes e, por vezes, contraditórias. Esta Directiva tinha como objectivo lançar as bases para uma aproximação e alcançou-o.

3.1.2. Sétima Directiva 83/349/CEE do Conselho

Para dar continuidade lógica à Quarta Directiva, foi emitido um novo documento, designado de Sétima Directiva, o qual tinha como objectivo harmonizar as contas anuais das empresas ou grupos de contas consolidadas.

A Sétima Directiva (Conselho das Comunidades Europeias, 1983) diz respeito às contas consolidadas. Esta directiva exige que as empresas-mãe elaborem, para além das suas contas individuais, contas consolidadas, bem como um relatório anual consolidado, que apresente a situação financeira do grupo como se de uma única entidade se tratasse. Estabeleceu ainda que a consolidação seria obrigatória nos países da CEE após 1 de Janeiro 1990.

Esta Directiva (Conselho das Comunidades Europeias, 1983) é constituída por cinquenta e um artigos, divididos da seguinte forma:

- Âmbito e aplicação;
- Características gerais das contas consolidadas;
- Modos de elaboração das contas consolidadas;
- Relatório consolidado de gestão;
- Fiscalização das contas consolidadas;
- Publicidade das contas consolidadas;
- Disposições finais.

A minuta inicial desta Directiva foi preparada pelo Comité Elmendorff, em 1969, mas não foi publicada pela Comissão até 4 de Maio 1976, altura em que foi levada a Conselho, sendo adoptada em 1983.

Segundo Montesinos Julve (1981), um grupo de especialistas da CEE considerou que a Directiva deveria entrar em vigor em simultâneo com a Quarta Directiva ou o mais rapidamente possível após a aprovação desta última. Mas, apesar dessas pretensões, o que é facto é que entre a aprovação das duas distou cinco anos.

As razões para este atraso tiveram origem na complexidade da matéria de consolidação e, em particular, às diferentes opiniões sobre a natureza e o conteúdo do grupo de empresas, por parte de quem teve de elaborar a Directiva. Depois de longas discussões no seio da Comunidade, chegou-se a uma solução de compromisso. Os conceitos seriam definidos na Sétima Directiva, para efeitos da obrigação de consolidar.

Com o objectivo de garantir um quadro conceptual coerente, a Sétima Directiva incorpora diversos dispositivos da Quarta, nomeadamente: “as contas consolidadas devem dar uma *true e fair view* dos activos, passivos, posição financeira e lucros e perdas das empresas ligadas, tomadas como um todo” (Conselho das Comunidades Europeias, 1983). A Sétima Directiva usa também a mesma terminologia da Quarta Directiva. Segundo Cubillo Valverde (1987), a Alemanha, por possuir normas contabilísticas mais pormenorizadas que a dos outros países, teve maiores dificuldades em incorporar o conceito do *true e fair view*, pelo que tal tarefa exigiu uma clara exposição do significado do termo, o que se revelou ser difícil de realizar.

Para atingir uma *true e fair view*, a Sétima Directiva (Conselho das Comunidades Europeias, 1983) requer que os activos e passivos das contas individuais sejam totalmente incorporados no Balanço consolidado. Igualmente, exige que os proveitos e custos das empresas ligadas sejam incorporados, por inteiro, na Demonstração dos Resultados (*profit e loss account*). Assim, o requisito ligado ao conceito acima estabelece que as contas consolidadas devem mostrar os activos, passivos, posição financeira e lucros e perdas das empresas ligadas como se de um só empreendimento se tratasse.

As demonstrações financeiras consolidadas devem incorporar uma Demonstração dos Resultados do grupo onde as vendas consolidadas devem estar separadas por categorias de actividades e áreas geográficas. Contudo, autoriza a omissão dessa informação onde a evidenciação possa prejudicar seriamente qualquer das empresas ligadas.

A Sétima Directiva sugere que uma *true e fair view* deve expressar a ética das demonstrações contabilísticas, ao evidenciar uma diversidade de circunstâncias de um grupo de empresas internacionais, com tradições culturais, económicas e sociais diferentes, juntamente com restrições que afectam as necessidades de divulgação em diferentes jurisdições. A realização do objectivo do conceito da *true e fair view* desafia a competência e capacidade do profissional da contabilidade, devendo ser claros os reais objectivos das demonstrações financeiras. Além da informação técnica e legalmente adequada, este profissional deve estar imbuído de “senso contabilístico”, o qual corresponde à preocupação social de informar sem enviesamento ou preconceito, proporcionando informação útil aos diferentes utilizadores de informação financeira consolidada, indo de encontro ao verdadeiro sentido da *true e fair view*.

A observância do conceito da *true e fair view* nas demonstrações financeiras de empresas europeias deve ser analisada dentro do contexto da harmonização das normas contabilísticas, já que um número crescente de empresas está a divulgar as suas demonstrações de acordo com as normas do IASB.

Conforme já foi indicado anteriormente, a Sétima Directiva tem como objecto as contas consolidadas, sendo uma sequência da Quarta, embora esta última se refira às empresas individualmente, enquanto que a Sétima Directiva se aplica a grupos de empresas. É apropriado dizer que a informação consolidada é uma necessidade real no seio da economia moderna.

A Sétima Directiva tem como objecto as contas anuais consolidadas das sociedades mediante a harmonização das legislações nacionais sobre determinada matéria, contendo diversas disposições sobre a consolidação, os diferentes métodos (integração global e proporcional), publicidade, auditoria obrigatória, entre outros.

3.1.3. Principais Alterações às Quarta e Sétima Directivas

A Quarta e a Sétima Directivas do Conselho sobre sociedades comerciais sofreram um conjunto de alterações, sendo de destacar as aprovadas pelas seguintes Directivas:

- a. Directiva 89/666/CEE do Conselho das Comunidades Europeias, de 21 de Dezembro;

- b. Directiva 90/604/CEE do Conselho das Comunidades Europeias, de 8 de Novembro;
- c. Directiva 90/605/CEE do Conselho das Comunidades Europeias, de 8 de Novembro;
- d. Directiva 2001/65/CE do Parlamento Europeu e Conselho da União Europeia, de 27 de Setembro;
- e. Directiva 2003/51/CE do Parlamento Europeu e Conselho da União Europeia, de 18 de Junho.

As mais recentes alterações resultam de duas Directivas:

- a. Directiva 2006/43/CE do Parlamento Europeu e do Conselho da União Europeia, de 17 de Maio;
- b. Directiva 2006/46/CE do Parlamento Europeu e do Conselho da União Europeia, de 14 de Junho.

3.2. DIRECTIVAS DO SECTOR BANCÁRIO

Às Directivas anteriores seguiram-se duas outras, de carácter sectorial, respeitantes às informações financeiras que devem ser divulgadas, respectivamente, pelos bancos e outras instituições financeiras (Directiva 86/635/CEE do Conselho, de 8 de Dezembro de 1986) e pelas empresas de seguros (Directiva 91/674/CEE do Conselho, de 19 de Dezembro de 1991). Estas directivas prevêm derrogações à Quarta e Sétima Directivas, necessárias para tomar em consideração as características específicas dos sectores de actividade das entidades em causa.

3.2.1. Primeira Directiva 68/151/CEE do Conselho

A Directiva do Conselho (1968) visa coordenar as garantias que, para protecção dos interesses dos sócios e de terceiros, são exigidas nos EM às sociedades, na acepção do segundo parágrafo¹³ do artº 58º do Tratado (Europa, 1957, p37), a fim de tornar equivalentes essas garantias em toda a Comunidade. É a “primeira directiva comunitária

¹³ “Por sociedades entendem-se as sociedades de direito civil ou comercial, incluindo as sociedades cooperativas, e as outras pessoas colectivas de direito público ou privado, com excepção das que não prossigam fins lucrativos.”

em matéria de sociedades comerciais. O seu objectivo principal consiste em criar condições favoráveis à protecção dos interesses dos sócios e de terceiros nas sociedades cuja característica fundamental é a responsabilidade limitada dos sócios, ou seja, das sociedades de capital¹⁴, mediante a chamada publicidade legal” (Comité Económico e Social Europeu, 2003).

Esta Directiva (Conselho das Comunidades Europeias, 1968), que incide sobre o direito das sociedades, determina a publicação obrigatória (junto de um registo central, ou descentralizado, existente em todos os países) pelas sociedades de responsabilidade limitada de certos dados relativos a estas empresas, cujo objectivo é facilitar e acelerar o acesso do público à informação sobre as sociedades, simplificando simultaneamente as formalidades de publicidade que lhes são impostas.

O conteúdo da obrigatoriedade de inscrição manifesta-se sob dois aspectos: o interno, relativo à exigência de um conteúdo mínimo do contrato de constituição das sociedades comerciais; e o externo, que pressupõe a designação de pessoas ou órgãos cujos actos vinculem, jurídica e patrimonialmente, as sociedades.

Ao longo do tempo foram existindo algumas alterações ditadas pela evolução tecnológica e de enquadramento económico, social e jurídico que ditaram a necessidade de modificar a Directiva 68/151/CEE (Conselho das Comunidades Europeias, 1968), no sentido de incorporar e reconhecer as modificações verificadas a nível mundial.

A proposta de alteração da Directiva (Comité Económico e Social Europeu, 2003), aprovada integrou modificações que visaram simplificar e modernizar a informação sobre as sociedades e ainda rever as normas para a divulgação de informação.

As sociedades passam a aproveitar por completo das vantagens proporcionadas pelas novas tecnologias, podendo apresentar os actos e indicações que a lei exige no tradicional suporte de papel ou por via electrónica. Podem, ainda, fazê-lo numa qualquer língua da UE,

¹⁴ As sociedades de Capital são sociedades anónimas, cujo objectivo é deter participações em empresas com forte potencial de crescimento e de desenvolvimento. Investem por períodos de tempo limitados, mas sempre numa perspectiva de médio/longo prazo (5 a 7 anos em média) e de forma minoritária, geralmente não ultrapassando os 49% de capital (Hemeroteca, 2005).

consoante os interesses das sociedades, desde que também o façam na língua oficial do seu EM.

O objectivo geral da proposta de revisão era permitir o acesso fácil à informação sobre sociedades de responsabilidade limitada. A proposta estipulava que, a partir de Janeiro de 2005, as sociedades deveriam poder arquivar os seus documentos electronicamente e em suporte de papel. O acesso à informação das sociedades deveria ser possível, quer por via electrónica, quer em suporte de papel (Parlamento Europeu e Conselho da União Europeia, 2003).

Em 21 de Janeiro de 2003, a Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários emite um *Parecer* destinado à Comissão dos Assuntos Jurídicos e do Mercado Interno sobre a proposta de directiva do Parlamento Europeu e do Conselho que altera a Directiva 68/151/CEE no que diz respeito aos requisitos de publicidade relativamente a certas categorias de sociedades.

Esse parecer (Parlamento Europeu e Conselho da União Europeia, 2003) resultou da reunião de 1 de Outubro de 2002, em que o relator Christopher Huhne¹⁵ considerou que a proposta era positiva, mas poderia ser melhorada em dois aspectos fundamentais para ter em conta a evolução registada ao nível da utilização da informação das sociedades, posto que a directiva original datava dos anos 60.

Primeiro, a proposta não tomava adequadamente em consideração as necessidades surgidas desde os anos 60 em termos de tipo e minúcia da informação que as empresas deveriam prestar. Este tipo de informação deve incluir uma lista das sociedades em que cada director exerce funções dirigentes. Deveria também ser fornecida informação sobre a existência de transacções entre sociedades com directores comuns. Finalmente, deveria existir informação sobre a participação das empresas em qualquer processo judicial, encerrado ou pendente, no ano precedente.

Depois, a proposta não tinha previsto a divulgação obrigatória da informação via Internet.

¹⁵ *Christopher Huhne*, actual Membro do Grupo da Aliança dos Democratas e Liberais pela Europa, e Deputado do Parlamento Europeu.

Entre as partes interessadas conta-se um grande número de requerentes de países que não são aqueles onde a empresa está sediada e que, por isso, têm de obter a informação de um registo estrangeiro. Huhne (Parlamento Europeu e Conselho da União Europeia, 2003) considera que os requerentes devem ter a possibilidade de pedir e pagar a informação através da Internet e receber a informação por meios electrónicos. A proposta da Comissão obriga os EM a garantir que a informação da empresa possa ser obtida por meios electrónicos, o que não significa necessariamente que a informação esteja disponível em linha numa página da Internet, e que possa ser paga pelos mesmos meios. A entrega e o pagamento em linha através da Internet assegurariam o acesso a partir do estrangeiro e um acesso real à informação dos que se encontram no mesmo país que o registo em causa, mas que se vêem impedidos, por razões logísticas ou devido a problemas de tempo, de se dirigir fisicamente ao local do registo.

Além disso, o relator entende que os "jornais oficiais nacionais"¹⁶, fonte crucial para a obtenção de informação pelas partes interessadas, deveriam ser publicados em formato electrónico na Internet.

3.2.2. Segunda Directiva 77/91/CEE do Conselho

A Directiva 77/91/CEE do Conselho (1977), denominada de "Segunda Directiva do Conselho", procedeu à harmonização das legislações dos EM, tendo em vista a promoção da liberdade de estabelecimento e o desenvolvimento do mercado interno. A Directiva estabelece diversas normas que visam assegurar a protecção de sócios e de terceiros, *maxime* credores, em matéria de constituição de sociedades e de conservação do seu capital social, incluindo normas que regulam o capital mínimo subscrito, a distribuição de lucros aos accionistas, o aumento e redução do capital social (Conselho das Comunidades Europeias, 1976).

No âmbito do programa de simplificação da legislação relativa ao mercado interno ("SLIM" *Simpler Legislation for the Internal Market*), lançado pela Comissão Europeia em 1998, um grupo de trabalho constituído por especialistas em Direito das Sociedades identificou, através de um relatório apresentado em Setembro de 1999, um conjunto de

¹⁶ Os "jornais oficiais nacionais" foram criados ao abrigo da primeira directiva sobre direito das sociedades e têm que conter os documentos inteiros ou referências aos documentos.

aspectos constantes da Segunda Directiva considerados demasiado rígidos e onerosos no funcionamento das sociedades, tendo apresentado sugestões para promover a eficiência e competitividade das empresas, sem deixar de assegurar adequadamente a protecção de accionistas e credores. (Gonçalves Pereira, Castelo Branco e Associados, 2005)

Nas recomendações do grupo de trabalhos do SLIM, a Comissão Europeia apresentou ao Conselho e ao Parlamento Europeu, em 21 de Maio de 2003, a sua comunicação "Modernizar o Direito das Sociedades e reforçar o governo das sociedades na UE - Uma estratégia para o futuro" (Comissão das Comunidades Europeias, 2003a).

Na base do debate estiveram as críticas e desvantagens apontadas ao actual regime de conservação do capital, que se podem sintetizar nos seguintes pontos: o actual regime assenta em limitações à distribuição de bens aos sócios para promover a salvaguarda do capital social, com o objectivo último de proteger os interesses dos credores sociais. No entanto, torna-se difícil de concretizar a função de garantia do capital social, uma vez que este se apresenta apenas como um mero valor contabilístico, pois o que responde efectivamente perante as dívidas dos credores é o património da sociedade.

Lançado o debate acerca da necessidade de flexibilização de determinados aspectos na vida das sociedades, este culminou com a aprovação da Directiva 2006/68/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 6 de Setembro de 2006, que altera a Segunda Directiva.

A Directiva 2006/68/CE introduz alterações importantes na Segunda Directiva, no que respeita à constituição da sociedade anónima, bem como à conservação e às modificações do seu capital social, tendo em vista a sua flexibilização e modernização e, assim, contribuir para a promoção da eficiência e competitividade das empresas sem diminuir de forma desproporcionada a protecção dos seus accionistas e credores (Parlamento Europeu e Conselho da União Europeia, 2006).

Segundo o Comissário Frits Bolkestein, citado por Vieira de Almeida & Associados (2006):

“...a promoção da eficiência e competitividade das empresas europeias passa pela simplificação e melhoria da legislação comunitária relativa ao capital social sem diminuir a protecção dos accionistas e credores. Foram estes objectivos que presidiram

à aprovação da Directiva...” (2006/68/CE) “...que altera significativamente a usualmente designada Segunda Directiva em matéria de direito das sociedades.”

A mesma fonte refere-nos ainda que foram introduzidas algumas alterações, das quais se destacam: a possibilidade de atribuição de acções em contrapartida de entradas em espécie sem necessidade de obter a avaliação especial de um perito nos casos em que exista um ponto de referência claro para a avaliação dessas entradas; a possibilidade de aquisição de acções próprias até ao limite das reservas distribuíveis; o prolongamento do período durante o qual a aquisição de acções próprias pode ser autorizada pela assembleia-geral; a atribuição da faculdade aos EM de permitir que as sociedades anónimas concedam assistência financeira tendo em vista a aquisição das suas acções por terceiros, até ao limite das reservas distribuíveis, de forma a reforçar a flexibilidade no que diz respeito aos direitos que acompanham a participação no capital das sociedades; e a possibilidade de os credores, mediante certas condições, intentarem acções judiciais ou administrativas, quando o exercício dos seus direitos esteja em causa em consequência de uma redução de capital de uma sociedade anónima.

3.2.3. Primeira Directiva *Bancária* 77/780/CEE do Conselho

O Tribunal de Justiça da Comunidade Europeia salientou, no seu acórdão de 9 de Julho de 1997, “Livre circulação de capitais - Livre prestação de serviços - Instituições de crédito – Processo C-222/95 “ que:

“...o sector bancário constitui um domínio particularmente sensível do ponto de vista da protecção dos consumidores. É nomeadamente necessário proteger estes últimos contra o prejuízo que poderão sofrer devido a operações bancárias realizadas por instituições que não respeitem as exigências relativas à solvabilidade ou cujos dirigentes não possuam as qualificações profissionais ou morais necessárias.”

A Primeira Directiva Bancária 77/780/CEE (Conselho das Comunidades Europeias, 1977), no seguimento de assegurar tais necessidades, regula a área da adopção de regulamentos, normas e procedimentos que removem os obstáculos à prestação de serviços e ao estabelecimento de sucursais para além-fronteiras dos EM, salvaguardando a protecção dos consumidores.

Esta Directiva determinou uma estrutura que criou um mercado único bancário na UE; designou ainda requisitos mínimos para a autorização de instituições de crédito; introduziu,

apesar de não ter implementado, o conceito de tratamento nacional pelo qual uma agência bancária estrangeira operaria num EM sujeita à regulamentação bancária do seu país de origem; proibiu países hospedeiros de impedirem a entrada de um banco estrangeiro, tendo como base necessidades ou condições económicas; e começou o processo de unificação das regulamentações prudenciais entre países-membros.

Esta Directiva ainda harmonizou as regras e condições para a emissão de licença de funcionamento de bancos (existência de fundos próprios específicos e de mínimos suficientes e a presença de, pelo menos, duas pessoas que dirijam efectivamente a actividade do estabelecimento de crédito). Definiu também as autoridades que supervisionam os bancos e sucursais de bancos estrangeiros, bem como os procedimentos para a cooperação entre essas autoridades. Regulou as relações dos EM com países terceiros na área bancária.

O Tribunal de Justiça da Comunidade Europeia (1997) refere que a Primeira Directiva Bancária constituía apenas uma primeira etapa no sentido do reconhecimento mútuo pelos EM das autorizações concedidas por cada um deles às instituições de crédito. É facto assente que tal reconhecimento mútuo apenas se tornou possível com a entrada em vigor da Segunda Directiva 89/646/CEE do Conselho, de 15 de Dezembro de 1989, relativa à coordenação das disposições legislativas, regulamentares e administrativas respeitantes ao acesso das instituições de crédito e ao seu exercício e que altera a Directiva 77/780/CEE.

A primeira Directiva bancária limitava-se a impor aos EM determinadas condições mínimas. Era todavia por força do art. 3º da referida Directiva que os EM estavam obrigados a exigir uma autorização aos estabelecimentos de crédito que pretendessem iniciar uma actividade bancária no seu território de origem. A obtenção de tal autorização estava sujeita a determinadas condições mínimas (artº 3º, nº 1), sem prejuízo de outras condições gerais exigidas pela regulamentação nacional (artº 3º, nº 2).

O acórdão acima referido salienta que:

“Há, portanto, que reconhecer que, no estado do direito comunitário ..., existiam no domínio bancário razões imperativas ligadas ao interesse geral que podiam justificar a imposição por parte do país destinatário de condições relativamente ao acesso à actividade das instituições de crédito e ao seu controlo que podiam exceder as condições mínimas exigidas pela primeira directiva bancária e já aplicadas no EM de origem (Tribunal de Justiça da Comunidade Europeia, 1997).

3.2.4. Directiva Bancária 86/635/CEE do Conselho

Para além das já referidas Quarta e Sétima Directivas, existiu a necessidade de criar regulamentação suplementar, uma vez que estas não consideram no seu âmbito e em determinadas situações, a sua aplicação aos bancos e outras instituições financeiras, bem como às empresas de seguros.

Assim, a Directiva 86/635/CEE, denominada de Directiva Bancária, e aprovada pelo Conselho em 8 de Dezembro de 1986, tem como objecto as contas anuais e consolidadas dos bancos e outras instituições financeiras.

Este documento visa suprir as lacunas existentes para as instituições financeiras, no âmbito de aplicação definido para as Quarta e Sétima Directivas, na medida em que visa harmonizar os documentos de relato dessas entidades financeiras, tendo em conta as suas características particulares.

A Quarta Directiva refere-nos, no seu art. 1º, nº 2 (Conselho das Comunidades Europeias, 1978), que até coordenação posterior, os EM podem não aplicar o âmbito dessa norma aos bancos e outras instituições financeiras, pois, dada a importância capital destas empresas na Comunidade, se impõe a elaboração de um outro documento abrangente para este sector - a Directiva Bancária. A Sétima Directiva (Conselho das Comunidades Europeias, 1983), no seu art. 40º, apenas prevê derrogações em relação às instituições de crédito até ao termo dos prazos previstos para a aplicação desta Directiva Bancária, resultando daí que contém disposições específicas para as instituições de crédito relativas às contas consolidadas.

Actualmente, o universo das organizações é um universo global bem diferente do existente no passado. Daí que existam cada vez mais instituições de crédito a exercerem as suas actividades para lá da fronteira do seu próprio país. Desta forma, existe a necessidade de uma melhor comparabilidade das contas anuais e das contas consolidadas destas empresas entre os vários EM, uma vez que reveste especial importância para os devedores e credores, accionistas e público em geral. As contas anuais devem apresentar uma *true e fair view* do património, da situação financeira, bem como dos resultados da sociedade. Desta forma devem prever-se modelos de carácter obrigatório para a elaboração do

Balanço e da conta de ganhos e perdas, devendo fixar-se o conteúdo mínimo do anexo, assim como do relatório de gestão.

Em quase todos os países da Europa, as instituições de crédito têm diversas formas jurídicas na aceção da Directiva do Conselho 77/780/CEE, relativa à coordenação das disposições legislativas, regulamentares e administrativas respeitantes ao acesso à actividade das instituições de crédito e ao seu exercício em concorrência no sector do crédito, uma vez que parece necessário não limitar a coordenação para instituições de crédito às formas jurídicas referidas na Quarta Directiva (Conselho das Comunidades Europeias, 1978) mas, pelo contrário, fixar um âmbito de aplicação que se estenda a todas as sociedades.

Num dos seus considerandos, a Directiva Bancária refere que, apesar de ter sido recomendável a adopção por parte dos bancos ou outras instituições de crédito do conteúdo dessa Directiva para as suas contas anuais e consolidadas, o mesmo não significa que esta nova regulamentação esteja desligada das disposições da Quarta e da Sétima Directivas. Devido ao importante papel que estas empresas desempenham no seio da economia comunitária, a dissociação destas duas Directivas não poderia ser nem útil, nem compatível com os princípios fundamentais da regulamentação do direito das sociedades, uma vez que as instituições de crédito não poderiam ser excluídas de uma regulamentação concebida para o conjunto das empresas. Dentro deste princípio, mas reconhecendo que existem particularidades inerentes ao sector, foi emanada uma directiva específica, derogando o conteúdo das Quarta e Sétima Directivas (Conselho das Comunidades Europeias, 1986).

Nos diversos EM, a estrutura do Balanço e da Demonstração dos Resultados é diversa. Dessa forma, o objectivo desta Directiva Bancária consistiu em garantir uma mesma terminologia, admitindo derrogações em função da forma jurídica das instituições de crédito. O esforço de harmonização pretendia garantir uma melhor comparabilidade entre as rubricas de tais demonstrações financeiras. A Directiva Bancária prevê ainda alterações ao anexo em função da natureza específica das instituições de crédito.

Nas operações bancárias, os riscos inerentes e a protecção da confiança levaram à necessidade de criar uma nova rubrica de Balanço, denominada por “Fundos para Riscos Bancários Gerais”. Com o mesmo fundamento, e até nova regulamentação, foi permitido

que os EM deixem às suas intuições bancárias alguma margem de apreciação no que respeita a avaliação dos créditos e de certos títulos, sendo importante nesta última situação que as instituições possam criar a rubrica “Fundo para Riscos Bancários Gerais”. Foi ainda dada a autorização aos países da UE para que deixem as suas instituições de crédito efectuarem compensações nas contas de lucros e perdas, contrariamente ao referido na Quarta Directiva (Conselho das Comunidades Europeias, 1986).

A Primeira Directiva do Conselho (77/780/CEE), relativa à coordenação das disposições legislativas, regulamentares e administrativas respeitantes ao acesso à actividade dos estabelecimentos de crédito e ao seu exercício, proíbe qualquer tratamento discriminatório em matéria de estabelecimento e de prestação de serviços em função, respectivamente, da nacionalidade ou de a empresa não estar estabelecida no EM em que a prestação for executada. Daí que ao visar colocar ao mesmo nível as instituições de crédito, não previu qualquer mecanismo de excepção para as pequenas e médias instituições de crédito, no que se refere à consolidação de contas. Pelo mesmo motivo, enquanto que, ao abrigo da Sétima Directiva (Conselho das Comunidades Europeias, 1983), foi concedida a possibilidade aos EM de isentarem da obrigação de consolidar com a empresa-mãe as empresas que, fazendo parte do perímetro de consolidação, não ultrapassassem uma determinada dimensão, tal excepção não foi retomada no caso das instituições de crédito.

As disposições relativas às contas consolidadas das instituições de crédito têm algumas adaptações de normas aplicáveis aos vários tipos de sociedades industriais e comerciais, uma vez que foram previstas regras expressas para grupos mistos e que a dispensa de subconsolidação pode ser sujeita a condições adicionais.

As redes bancárias detêm uma extensa importância uma vez estendidas além-fronteiras, devido ao seu constante desenvolvimento. As contas anuais e as contas consolidadas de uma instituição de crédito, que tenha a sua sede social num determinado EM, devem ser publicadas em todos os EM onde essa empresa se encontre estabelecida, de forma a uma maior aproximação e facilidade de acesso aos seus interessados.

A implementação de Directiva Bancária traz permanentemente questões que exigem uma elevada cooperação entre as estruturas da UE e os EM. Nesse sentido, foi criado o Comité

de Contacto¹⁷, nos termos do art. 52 ° da Quarta Directiva (Conselho das Comunidades Europeias, 1986). Reúne regularmente em Bruxelas e funciona em permanência sobre as diversas funções que lhe estão atribuídas: facilitar a aplicação harmonizada das Directivas contabilísticas através de reuniões periódicas que abordam, em especial, os problemas práticos colocados pela sua aplicação; e assessorar a Comissão, sempre que necessário, relativamente a aditamentos ou alterações às Directivas contabilísticas.

E a que empresas afinal se aplica esta Directiva? Conforme o artº 2º da Directiva Bancária (Conselho das Comunidades Europeias, 1986), aplica-se às instituições de crédito enumeradas no art. 1º da Primeira Directiva Bancária (77/780/CEE) e que estejam no enquadramento do segundo parágrafo do artº 58º do Tratado (Europa, 1957). Aplica-se ainda às instituições financeiras que tenham uma das formas jurídicas referidas no nº1 do artº 1º da Quarta Directiva (78/660/CEE) e que, com base no nº2 do mesmo artigo, não sejam abrangidas pela mesma.

Esta Directiva não é aplicada aos Bancos Centrais dos EM e aos serviços de cheques postais, conforme o descrito no nº2 do artº 2º da Directiva 77/780/CEE. Igualmente não é aplicada às instituições de um determinado EM, que estejam filiadas num organismo central desse mesmo EM. Neste caso, este conjunto deve ser considerado nas contas consolidadas e no correspondente relatório de gestão do organismo central, os quais são elaborados, controlados e publicados nos termos desta Directiva.

A presente Directiva Bancária (Conselho das Comunidades Europeias, 1986) prevê regras derogatórias, na medida em que essas possam ser necessárias tendo em conta a forma jurídica das instituições de crédito e, por algum motivo de natureza especial da sua actividade, desde que tais derrogações não incidam sobre o estipulado no nº1 do art. 1º da Directiva 78/660/CEE. Concretamente, as derrogações só podem incidir sobre o modelo, nomenclatura, terminologia e conteúdo das rubricas do Balanço e da conta de lucros e perdas, embora as instituições em causa não possam apresentar contas anuais com menos informação do que aquela que resulta da aplicação da presente Directiva. Em bom rigor, estas situações são sempre acompanhadas ao pormenor pela Comissão.

¹⁷ O Comité de Contacto é um organismo consultivo composto por representantes dos EM e da Comissão.

3.2.5. Segunda Directiva *Bancária* 89/646/CEE do Conselho

A Directiva do Conselho (89/646/CEE), designada como Segunda Directiva Bancária, teve a sua origem em 15 Dezembro de 1989, relativa à coordenação das disposições legislativas, regulamentares e administrativas respeitantes ao acesso à actividade dos estabelecimentos de crédito e ao seu exercício e que altera a Directiva 77/780/CEE.

Esta Segunda Directiva (Conselho das Comunidades Europeias, 1989) foi implementada em 1993 e um dos objectivos que presidiu à sua emissão foi liberalizar o comércio de serviços financeiros entre as fronteiras da UE. Neste âmbito, foi permitido às instituições de crédito autorizadas num EM de origem o exercício, em toda a Comunidade, da totalidade ou parte das actividades que figuram em anexo à Segunda Directiva¹⁸, através do estabelecimento de uma sucursal ou por via da prestação de serviços. Quanto às actividades não constantes da citada lista, beneficiam da liberdade de estabelecimento e de prestação de serviços, nos termos das disposições gerais do Tratado que institui a CEE.

Esta Directiva (Conselho das Comunidades Europeias, 1989) veio introduzir uma licença bancária única válida em toda a UE. Conforme consta do seu art.º 9º, caso um país terceiro, com base nos relatórios da Comissão, não conceda às instituições de crédito comunitárias um acesso efectivo ao mercado comparável ao concedido pela Comunidade às instituições de crédito desse país terceiro, a Comissão pode apresentar propostas ao Conselho no sentido de obter um mandato de negociação adequado para obter oportunidades de concorrência comparáveis para as instituições de crédito da Comunidade. E caso ainda as instituições de crédito comunitárias não beneficiem num país terceiro do tratamento nacional que ofereça as mesmas oportunidades de concorrência que às instituições de crédito e que as condições de acesso efectivo ao mercado não se encontram preenchidas, a Comissão pode iniciar negociações destinadas a prevenir essa situação.

¹⁸ O anexo lista as operações que beneficiam de reconhecimento mútuo: recepção de depósitos ou de outros fundos reembolsáveis; empréstimos (incluindo crédito ao consumo, crédito hipotecário, *factoring* com ou sem recurso, e financiamento de transacções comerciais); locação financeira; operações de pagamento; emissão e gestão de meios de pagamento (cartões de crédito, cheques de viagem, cartas de crédito); concessão de garantias e outros compromissos, transacções efectuadas por conta de própria instituição de crédito ou por conta da respectiva clientela sobre instrumentos do mercado monetário, mercado de câmbios, instrumentos financeiros a prazo e opções, instrumentos sobre divisas ou sobre taxas de juro e valores mobiliários; participação em emissões de títulos e prestação de serviços relativos a essa participação; consultadoria às empresas em matéria de estrutura do capital, de estratégia industrial e de questões conexas, bem como consultadoria e serviços no domínio da fusão e da compra de empresas; intermediação nos mercados interbancários; gestão ou consultadoria em gestão de patrimónios; conservação e administração de valores mobiliários; informações comerciais; e aluguer de cofres.

O artº4 da Segunda Directiva Bancária (Conselho das Comunidades Europeias, 1989) refere que as autoridades competentes não concedem a faculdade de exercer a actividade de estabelecimento de crédito às instituições que tenham um capital inicial inferior a cinco milhões de ecus¹⁹. Porém, os EM terão a faculdade de consentir tal autorização a categorias especiais de instituições de crédito, conforme consta nº 2 do referido artigo. Esta Directiva 89/646/CEE (Conselho das Comunidades Europeias, 1989) prevê o fim da prática de requerer às agências entre países a retenção de um nível de capital acima do normal. Ora, a autorização mencionada, bem como o capital de dotação, deixam de ser exigidos pelos EM de acolhimento no que respeita às sucursais de instituições de crédito autorizadas noutros países. Conforme consta do artº 6º da Segunda Directiva Bancária (Conselho das Comunidades Europeias, 1989), os EM de acolhimento não podem exigir, como condição de autorização das sucursais de instituições de crédito autorizadas noutros EM, uma dotação inicial cujo montante seja superior a 50 % do capital inicial²⁰ exigido pela regulamentação nacional para a autorização de uma instituição de crédito da mesma natureza.

Luiz Paula (2002) salientou ainda que foram harmonizados os requisitos mínimos de capital entre países, embora, para os propósitos da política monetária e da regulamentação prudencial, a Segunda Directiva Bancária permitisse ao país acolhedor estabelecer razões de liquidez. Conforme o previsto no artº 10º, os EM podem decidir que as instituições de crédito, existentes no momento do início de aplicação desta Directiva e cujos fundos próprios não atinjam os níveis fixados pelo já referido artº 4º para o capital inicial, possam prosseguir o exercício das suas actividades. Neste caso, os fundos próprios não podem

¹⁹ Em Março de 1979 a maior parte dos países da CEE acordaram ligar as suas moedas de forma a evitar grandes flutuações de taxa de câmbio entre elas, tendo resultado no Sistema Monetário Europeu (SME). Os pontos essenciais do acordo foram o ECU (European Currency Unit - Unidade de Conta Europeia). Essa unidade monetária resultava de um cabaz de moedas dos países aderentes, em que todas estavam ligadas de forma a que nenhuma taxa de câmbio bilateral pudesse variar mais de 2,25% relativamente a cada uma das outras. No início dos anos 90, o SME estava pressionado pelas condições e políticas económicas muito diferentes nos seus países membros, nomeadamente tendo em conta o esforço de reunificação da Alemanha, o que levou à saída do Reino Unido do Sistema. Em Maio de 1998 um conjunto de países acordou em fixar permanentemente as respectivas taxas de câmbio, dando origem ao Euro. Em 1 de Janeiro de 1999 foi lançado o SME2, que já não funciona com base no ECU mas no Euro, reunindo todos os países que cumpriram um determinado número de critérios económicos destinados a garantir a sua boa gestão financeira e a assegurar a estabilidade futura da moeda única (Wikipédia, 2009).

²⁰ Por força do previsto no artº 4º da Segunda Directiva Bancária (Conselho das Comunidades Europeias, 1989).

tornar-se inferiores ao montante máximo que tenham atingido a partir da data de notificação desta directiva (Conselho das Comunidades Europeias, 1989).

Esta regulamentação limita ainda as restrições às agências e à sua combinação de produtos àqueles impostos pelos reguladores do país de origem de um banco. Isto porque o artº 18º expõe, no seu ponto 2, que os EM disporão igualmente no sentido de que as actividades constantes da lista anexa à presente Directiva (Conselho das Comunidades Europeias, 1989), possam ser exercidas nos respectivos territórios, através do estabelecimento de uma sucursal ou por meio de prestação de serviços, por qualquer instituição financeira de outro EM, filial de uma instituição de crédito, ou filial comum de várias instituições de crédito, cujo estatuto legal permita o exercício dessas actividades e preencha cumulativamente várias condições, que devem ser verificadas pelas autoridades competentes do país de origem.

3.2.6. Directiva 90/604/CEE do Conselho

A Directiva 90/604/CEE, de 8 de Novembro, veio permitir que as contas anuais e as consolidadas possam ser publicadas também em ecus. Por conseguinte, e como já anteriormente foi mencionado, essas sociedades passaram a publicar as suas contas em unidades euro (Conselho das Comunidades Europeias, 1990a).

A referida Directiva teve em vista simplificar os procedimentos administrativos a que as PME se encontravam sujeitas. Em consequência, alargou o conjunto de derrogações permitidas aos EM no âmbito da Quarta Directiva em matéria de elaboração, controlo e publicidade das contas. Previu, entre outras normas de flexibilização da elaboração e publicação das contas anuais, a possibilidade de as PME não incluírem no anexo certas informações relativas às remunerações auferidas pelos membros do órgão de administração da sociedade sempre que tais indicações permitissem identificar a situação de um membro determinado desses órgãos. Consagrou ainda a possibilidade de as PME serem isentas da obrigação de elaborar um relatório de gestão, dentro de certas condições. Relativamente à Sétima Directiva, as alterações consistiram apenas na possibilidade conferida às sociedades consolidantes de publicar as contas consolidadas em Ecus, alteração esta que se verificou igualmente na Quarta Directiva e que se justificou no quadro da integração monetária

européia apesar de, como já foi referido, a partir de 1 de Janeiro de 1999, essas sociedades terem o direito de publicar adicionalmente as suas contas em unidades euro.

3.2.7. Directiva 90/605/CEE do Conselho

A Directiva 90/605/CEE do Conselho, de 8 de Novembro de 1990, altera as Quarta e Sétima Directivas, no que diz respeito ao seu âmbito de aplicação (Conselho das Comunidades Europeias, 1990b).

A alteração introduzida por esta Directiva consiste fundamentalmente em alargar o campo de aplicação das contas anuais e contas consolidadas às sociedades em nome colectivo e em comandita simples sempre que todos os sócios de responsabilidade ilimitada sejam sociedades de responsabilidade limitada, ou seja, sociedades anónimas, em comandita por acções ou por quotas (Conselho das Comunidades Europeias, 1990b).

Deste modo, a Quarta Directiva passou a incidir sobre as sociedades em nome colectivo e em comandita simples sempre que todos os sócios de responsabilidade ilimitada fossem sociedades de responsabilidade limitada, isto é, sociedades anónimas, em comandita por acções ou por quotas. Nessa sequência, a Quarta Directiva passou a prever a obrigatoriedade de o anexo conter o nome, a sede e a forma jurídica de todas as empresas de que a sociedade fosse sócia de responsabilidade ilimitada. Previu-se ainda a possibilidade de os EM exigirem ao sócio de responsabilidade ilimitada a obrigação de elaborar, publicar e mandar controlar as contas das sociedades em nome colectivo ou em comandita simples da qual aquele fosse sócio, juntamente com as suas próprias contas. A Sétima Directiva passou igualmente a sujeitar à apresentação de contas consolidadas os conjuntos de sociedades em que quer a empresa-mãe, quer uma ou várias filiais, embora assumindo a forma de sociedade em nome colectivo ou em comandita, tivessem como sócios de responsabilidade ilimitada, sociedades de responsabilidade limitada (Conselho das Comunidades Europeias, 1990b).

3.2.8. Directiva 98/33/CEE do Parlamento Europeu e do Conselho

A Directiva 98/33/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 22 Julho de 1998, altera:

- O art.º 12.º da Directiva 77/780/CEE em relação ao acesso à actividade dos estabelecimentos de crédito e ao seu exercício;
- Os art.ºs 2.º, 5.º, 6.º, 7.º, 8.º e os anexos II e III da Directiva 89/647/CEE relativos ao rácio de solvabilidade das instituições de crédito; e
- O art.º 2.º e o anexo II da Directiva 93/6/CEE relativos à adequação dos fundos próprios das empresas de investimento e das instituições de crédito.

As alterações introduzidas pela presente Directiva (Parlamento Europeu e Conselho da União Europeia, 1998) foram de diversos âmbitos. Todavia, e no que concerne ao objecto deste estudo, a alteração substancial converge na alteração do art.º12.º, n.º3 da Directiva 77/780/CEE, que na sua essência permite o intercâmbio de informação com autoridades e órgãos específicos de países terceiros, sempre que a informação esteja sujeita a garantias adequadas de segredo profissional.

Sintetizando as diversas alterações, estas passaram por:

- Equiparar os efeitos do risco de crédito nas igrejas e nas comunidades religiosas que tenham carácter e personalidade jurídica de direito público e aumentar os impostos para os governos regionais e locais;
- Modificar o coeficiente de ponderação. Pode ser aplicado um coeficiente de ponderação de 20 % à fracção não realizada do capital subscrito do Fundo Europeu de Investimento (n.º 3, art.º 2.º 98/33/CE), deixando assim de ser 100% conforme estava previsto na alínea d), do art.º 6.º da Directiva 89/647/CEE;
- Alterar o peso excessivo das contas consideradas de alto risco, quando estas incorporarem uma garantia expressa, devendo ser ponderado como se tivessem sido contratados por conta do garante e não da contraparte real;
- Dar uma nova redacção ao conceito de "mercado reconhecido" (alteração do art.º 2.º da Directiva 89/647/CEE), observando que esse mercado é regulado pelas autoridades competentes desde que:
 1. Funcione regularmente;
 2. Obedeça a regras estabelecidas ou aprovadas pelas respectivas autoridades do país de origem do mercado, as quais determinam quer as condições de funcionamento e de acesso ao mercado, quer as condições a que tem de obedecer um contrato antes de poder ser efectivamente negociado no mercado;

3. Disponha de um mecanismo de compensação que preveja que os contratos descritos no anexo III²¹ estejam sujeitos à exigência de margens diárias que forneçam, na opinião das autoridades competentes, uma adequada protecção.

3.2.9. Directiva 2000/12/CE do Parlamento Europeu e do Conselho

A Directiva 2000/12/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de Março de 2000, tem por objectivo o acesso à actividade das instituições de crédito e ao seu exercício.

A presente Directiva (Parlamento Europeu e Conselho da União Europeia, 2000) veio reforçar a ideia de diversas Directivas entretanto revogadas, entre as quais, e já desenvolvidas neste estudo:

- A Primeira Directiva Bancária 77/780/CEE, de 12 Dezembro, relativa à coordenação das disposições legislativas, regulamentares e administrativas respeitantes ao acesso à actividade dos estabelecimentos de crédito e ao seu exercício;
- A Segunda Directiva Bancária 89/646/CEE, de 15 Dezembro, relativa à coordenação das disposições legislativas, regulamentares e administrativas respeitantes ao acesso à actividade das instituições de crédito e ao seu exercício e que altera a directiva 77/780/CEE. Abarca ainda a livre prestação de serviços, as relações com países terceiros, a supervisão prudencial e o comité consultivo bancário.

Esta Directiva constitui um instrumento essencial da realização do mercado interno decidida pelo Acto Único Europeu²² e programada pelo Livro Branco da Comissão²³

²¹ **Tipos de Elementos Extrapatrimoniais:**

1. Contratos sobre taxas de juro: *Swaps* de taxas de juro na mesma divisa; *Swaps* de taxas de juro variáveis de natureza diferente “*swaps* de base”; contratos a prazo relativos a taxas de juro; operações a futuro sobre taxas de juro; Opções sobre taxas de juro adquiridas; e outros contratos de natureza idêntica;
2. Contratos sobre taxas de câmbio e contratos sobre ouro: *Swaps* de taxas de juro em divisas diferentes; contratos a prazo sobre divisas; Futuros sobre divisas; Opções sobre divisas adquiridas; outros contratos de natureza idêntica; e contratos sobre ouro, de natureza idêntica aos das alíneas a) a e);
3. Contratos de natureza idêntica aos referidos nas alíneas a) a e) do ponto 1 e nas alíneas a) a d) do ponto 2 relativos a outros elementos de referência ou índices relacionados com: títulos de capital, metais preciosos com excepção do ouro; mercadorias que não sejam metais preciosos; e outros contratos de natureza similar.

²² O Acto Único Europeu (AUE) foi assinado a 17 de Fevereiro de 1986 e estabeleceu entre os EM as fases e o calendário das medidas necessárias para a realização do Mercado Interno em 1992. Tratava-se de um instrumento institucional novo que alterou pela primeira vez o Tratado de Roma, consagrando o regresso ao voto maioritário no Conselho Europeu, na medida em que alargava o campo das decisões maioritárias ao domínio do mercado interno. As principais etapas que conduziram à assinatura do AUE foram a declaração

(Comissão das Comunidades Europeias, 2005), sob o duplo aspecto da liberdade de estabelecimento e da liberdade de prestação de serviços, no sector das instituições de crédito.

Como foram diversas vezes alteradas de modo substancial, e por uma questão de lógica e clareza, esta Directiva resulta também da necessidade de proceder à agregação das alterações das supra mencionadas Directivas num único texto.

Esta legislação (Parlamento Europeu e Conselho, 2000) tem por base o princípio de não prejudicar a aplicação das legislações nacionais em que se prevejam autorizações especiais complementares, que permitam às instituições de crédito exercer actividades específicas ou efectuar tipos de operações com determinadas características.

No que concerne às condições de acesso à actividade das instituições de crédito, e conforme o disposto no art. 4º da Directiva (Parlamento Europeu e Conselho da União Europeia, 2000), os EM estabelecerão que as instituições de crédito devem obter uma autorização antes de iniciar as suas actividades, em que são definidas as condições de exercício, sem prejuízo do disposto nos artºs 5º a 9º, e notificá-las-ão à Comissão, bem como ao Comité Consultivo Bancário.

Um país de acolhimento pode, para o exercício do direito de estabelecimento e da liberdade de prestação de serviços, impor as disposições relativas às suas próprias legislações e regulamentações nacionais às instituições que não sejam autorizadas como instituições de crédito no EM de origem. Na livre prestação de serviços, os EM legislam no sentido das actividades das instituições de crédito poderem ser exercidas nos respectivos territórios através do estabelecimento de uma sucursal ou por meio de prestação de

Solene de Estugarda, Alemanha, de 19 de Junho de 1983; o projecto de Tratado que institui a União Europeia; o Conselho Europeu de Fontainebleau de 25 e 26 de Junho de 1984; e o Livro Branco de 1985 sobre o mercado interno. Um dos principais objectivos do Acto Único era o de eliminar as fronteiras internas técnicas e físicas, que se colocavam à livre circulação dos cidadãos e das mercadorias. Ao mesmo tempo, isentava de impostos as mercadorias em trânsito que tivessem sido adquiridas em outros EM. O AUE sublinhava também a importância de dar à investigação e ao desenvolvimento tecnológico, à coesão económica e social e à melhoria das condições de trabalho. O Francês Jacques Delors, Presidente da Comissão Europeia de 1985 a 1994 foi o principal inspirador do Acto Único Europeu que entrou em vigor a 1 de Julho de 1987 (Wikipédia, 2009).

²³ A Comissão, por iniciativa do seu presidente, Jacques Delors, publica um Livro Branco em que identifica 279 medidas legislativas necessárias para a realização do mercado interno. Propõe igualmente um calendário e a data-limite de 31 de Dezembro de 1992 para a realização desse objectivo.

serviços, desde que devidamente autorizada e supervisionada pelas entidades competentes dos EM.

Sempre que uma instituição de crédito pretenda estabelecer-se num território de outro país, ou mesmo exercer a sua actividade pela primeira vez no âmbito da livre prestação de serviços, deve informar as autoridades do EM de origem competentes para o efeito. As autoridades competentes notificarão a Comissão e o Comité Consultivo Bancário das autorizações concedidas às instituições de crédito com sede social fora da Comunidade.

No que respeita à supervisão prudencial, as autoridades competentes nos diversos EM colaboram estreitamente na fiscalização das actividades das instituições de crédito. Para que a supervisão numa base consolidada seja eficaz, deve poder ser aplicada a todos os grupos bancários incluindo aqueles em que a empresa-mãe não é uma instituição de crédito. As autoridades competentes devem ser dotadas dos instrumentos jurídicos necessários ao exercício dessa supervisão (Parlamento Europeu e Conselho da União Europeia, 2000).

O controlo de problemas no âmbito desta Directiva (Parlamento Europeu e Conselho, 2000), bem como outros relativos à actividade das instituições de crédito ficam abrangidos, para além da supervisão das autoridades competentes dos EM e da Comissão, pelo Comité Consultivo Bancário.

Conforme previsto no artº 57º da presente Directiva (Parlamento Europeu e Conselho, 2000), este Comité é constituído no máximo por três representantes de cada EM e da Comissão. Tem por missão assistir a Comissão nas suas funções de assegurar uma boa aplicação da presente directiva e colabora com a Comissão na elaboração de novas propostas a apresentar ao Conselho relativas à coordenação a promover no domínio das instituições de crédito.

Pode ser necessário introduzir periodicamente modificações técnicas nas regras de execução contidas na presente Directiva (Parlamento Europeu e Conselho da União Europeia, 2000), a fim de corresponder a evoluções no sector bancário. A Comissão deve efectuar as alterações necessárias, após consulta do Comité Consultivo Bancário, dentro

dos limites dos poderes de execução que lhes estão delegados pelas disposições do Tratado.

3.2.10. Directiva 2001/65/CE do Parlamento Europeu e do Conselho

A Directiva 2001/65/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 Setembro de 2001, veio alterar as Quarta e Sétima Directivas, bem como a Directiva Bancária, para permitir que determinados activos e passivos financeiros fossem contabilizados pelo justo valor. Nestes termos, passou a prever-se a possibilidade de os EM autorizarem ou exigirem a todas as sociedades ou a determinadas categorias de sociedades que avaliassem pelo justo valor os instrumentos financeiros que detivessem, incluindo os derivados. A adopção do sistema de contabilização pelo justo valor levou a um alargamento das informações a serem divulgadas no relatório de gestão e no anexo às contas (Parlamento Europeu e Conselho da União Europeia, 2001).

A importância que os instrumentos financeiros derivados podem ter na posição financeira da sociedade justificou ainda que, mesmo que estas não adoptassem o sistema de contabilização pelo justo valor, devessem prestar informações acerca de tais instrumentos financeiros.

3.3. DIRECTIVAS DO SECTOR SEGURADOR

As últimas décadas do século XX constituíram um dos mais importantes marcos para o desenvolvimento do ramo segurador, no panorama mundial²⁴. Desta forma, nos últimos anos este sector esteve sujeito a significativas mutações que em muito o alteraram, tendo mesmo assistido a uma lenta e gradual integração dos mercados nacionais de seguros no seio da UE.

²⁴ O seguro surgiu entre os finais do século XIV e princípios do século XV, como consequência natural do desenvolvimento das viagens marítimas e dos riscos que lhes eram inerentes. Apenas no século XVII surgiram novos tipos de seguro, por influência do grande incêndio de Londres de 1666, aparecendo o seguro de incêndio, a que se seguiram, no século XVIII, os primeiros seguros de vida. A partir do século XIX, a actividade seguradora desenvolveu-se extraordinariamente, aparecendo o seguro agrícola, o seguro de acidentes pessoais, o seguro de acidentes de trabalho e o seguro automóvel, entre outros. O contrato de seguro antecipou o aparecimento da seguradora, enquanto pessoa juridicamente autónoma em relação ao conjunto de indivíduos que a constituía. Com efeito, esta realidade apenas surge nos séculos XVII e XVIII. (Gomes, 2000)

Este processo deriva das liberdades de estabelecimento e de prestação de serviços no domínio dos seguros, em geral, e dos seguros de vida, em particular, e tem a sua importância tanto em termos de garantias para os tomadores, segurados e beneficiários, como pelos efeitos económicos que se produzem em consequência das estimativas feitas a respeito do controle de reservas.

Alcançar um mercado único no sector dos seguros implica a necessidade de igualdade de tratamento de todas as seguradoras na UE, sem que se possam manter os requisitos mais rigorosos por razões de nacionalidade. Ou seja, exigir a aplicação eficaz da liberdade de estabelecimento e de prestação de serviços e, em simultâneo, garantir ao tomador o acesso aos produtos oferecidos na UE, bem como um adequado nível de protecção.

Para esse efeito, as autoridades da UE emitiram Directivas com o objectivo de obter um quadro legal adequado para garantir aos tomadores o acesso a uma escolha mais ampla de produtos de seguro, mantendo o mesmo nível de fiabilidade e solvência das empresas seguradoras, com independência do Estado em que prosseguem as suas actividades.

Uma das preocupações antigas da Comissão passou pela criação de um mercado interno de seguros que cumprisse um duplo objectivo: a faculdade das empresas de seguros exercerem a sua actividade sem obstáculos no conjunto dos países da Comunidade e a possibilidade dos tomadores do seguro escolherem o produto mais adequado às suas necessidades.

As medidas comunitárias desenvolveram-se em várias gerações de Directivas, cada uma delas com um objectivo claro e determinado, sempre segundo uma aproximação dualista entre ramos vida e não vida.²⁵

²⁵ A classificação assenta numa divisão básica entre ramos “vida” e “não vida”. Integram o ramo “vida” os contratos e operações que incidam sobre a morte, a vida, sobre a morte e a vida, a vida com contra-seguro, a renda, os seguros contra danos corporais, tais como a invalidez por acidente ou doença, incapacidade para o trabalho profissional, morte por acidente, nupcialidade ou natalidade, seguros ligados a fundos de investimento, quando aliados a qualquer um dos seguros anteriores, operações de capitalização e de gestão de fundos colectivos de reforma. O ramo “não vida” inclui os contratos de seguro e as operações que tenham por objecto acidentes de trabalho, acidentes pessoais e acidentes de pessoas transportadas, doença, veículos terrestres, aeronaves, embarcações, mercadorias transportadas, incêndio, raio explosão, tempestades, energia nuclear, aluimento de terras, riscos agrícolas, pecuários e roubo, responsabilidade civil geral, risco de crédito, de crédito à exportação, de vendas a prestações, de crédito hipotecário e de crédito agrícola, de caução directa ou indirecta e de perdas pecuniárias, protecção jurídica e assistência a pessoas (Gomes, 2000).

Com esforço da UE nesta matéria, as Directivas comunitárias relativas à actividade seguradora podem agrupar-se em três gerações. As *Directivas de Primeira Geração* que visam promover o direito de estabelecimento dos operadores económicos; as de *Segunda Geração*, relativas à liberdade de prestação de serviços pelos operadores; as de *Terceira Geração* que promoveram aspectos relativos ao controle prudencial das empresas envolvidas na actividade.

A entrada das *Directivas de Primeira Geração* permitiu às seguradoras de qualquer país da UE abrir agências e sucursais no território de outro país nas mesmas condições que vigoravam para as seguradoras desse EM. Estas directivas tiveram como objecto conciliar o direito de estabelecimento com as necessidades de controlo e regulamentação tradicionais ao mercado segurador. Com efeito, os diversos EM submetiam, há longo tempo, a actividade seguradora a regimes de supervisão e controle mais ou menos apertados, pelo que a liberalização²⁶ não poderia efectuar-se sem que tal controle se mantivesse. As primeiras Directivas nesta matéria datam de 1973 e visaram a realização do direito de estabelecimento nos ramos não vida (Conselho das Comunidades Europeias, 1973a).

No que respeita ao acesso à actividade seguradora, estas directivas estabeleceram um regime de autorização pelas autoridades do EM de acolhimento, quer se tratasse de estabelecimento a título principal, quer de estabelecimento a título secundário, quer ainda de uma extensão territorial da sua actividade. A autorização era concedida por ramo de actividade e válida apenas para o território do EM concedente, o que em termos práticos determinava a necessidade de solicitar tantas autorizações quantos os EM em que a seguradora se desejasse instalar.

Gomes (2000) refere que a autorização ficava submetida a um conjunto de condições harmonizadas:

- A adopção de uma forma societária determinada por cada EM;
- O cumprimento do princípio da exclusividade;

²⁶ A liberalização traduz harmonização dos procedimentos de controlo e supervisão prudencial, com um elevado nível de controlo e eliminação de qualquer discriminação em razão da nacionalidade.

- A apresentação de um programa de actividades enunciando a natureza dos riscos, as condições gerais e especiais das apólices e as tarifas aplicáveis;
- Apresentação de garantias de solvência, nelas se incluindo a constituição de um fundo de garantia e um conjunto de regras sobre provisões e reservas²⁷ técnicas.

Os EM podiam exigir condições suplementares, tais como e entre outras, qualificações especiais dos administradores, aprovação dos estatutos, condições imperativas das apólices de seguro e tarifários. Interdita ficava a possibilidade de exame do processo segundo critérios fundados na análise do mercado, dessa forma afastando-se os comportamentos proteccionistas dos EM. A decisão sobre a autorização deveria ser susceptível de recurso jurisdicional.

As condições de exercício da actividade seguradora ficaram submetidas à supervisão do EM de acolhimento. Este controlo, no entanto, passou a incidir sobre aspectos harmonizados: situação financeira das seguradoras, designadamente, a constituição em cada território e actividade de provisões técnicas suficientes representadas por activos equivalentes e apropriados e a manutenção de uma Margem de Solvência²⁸ relativa ao conjunto das suas actividades.

No que respeita ao controle das condições de exercício aparece uma solução dual na medida em que, no controle da Margem de Solvência, se estabelece um sistema de colaboração entre as diversas autoridades de supervisão. Concretamente, a autoridade do EM da sede ficava incumbida do controle da Margem de Solvência e obrigada a reportar o resultado às suas congéneres, enquanto que estas deveriam informar a autoridade da sede do conjunto de actividades da seguradora no respectivo território.

O controlo das condições de exercício passou a incidir também sobre a gestão da seguradora:

- Fiscalização anual baseada na contabilidade;
- Fiscalização sobre o conteúdo dos contratos e tarifas.

²⁷ Provisões técnicas são conjuntos de activos, móveis ou imóveis, equivalentes e adequadas, que constituem patrimónios especiais garantes dos créditos emergentes dos contratos de seguro (Gomes, 2000).

²⁸ Este assunto será analisado mais à frente.

As *Directivas de Primeira Geração* previam também disposições sancionatórias, tendo em vista a revogação da autorização e a correcção de irregularidades, bem como disposições especiais relativas ao estabelecimento de sucursais de companhias de seguros com sede em países terceiros (Gomes, 2000).

O ramo vida foi objecto de regulamentação comunitária em 1979 (Conselho das Comunidades Europeias, 1979), mediante uma transposição, com as necessárias adaptações, do regime estabelecido para os ramos não vida pela Directiva de 1973 (Conselho das Comunidades Europeias, 1973a).

O princípio da especialização do ramo vida impõe às seguradoras a interdição de acumular a exploração de ramos vida e não vida. Esta proibição não teve, no entanto, efeitos retroactivos, salvaguardando-se os direitos adquiridos, desde que as empresas abrangidas mantivessem uma gestão separada para as duas actividades e duas *Margens de Solvência* distintas.

Numa fase posterior, com a entrada das *Directivas de Segunda Geração*, as seguradoras estão autorizadas a oferecer os seus produtos no território de qualquer EM, sem precisar de abrir uma sucursal ou agência para facilitar o exercício efectivo da livre prestação de serviços no sector segurador, ou seja, livre prestação de serviços na actividade seguradora dentro do mercado comum. No final superar os obstáculos foi a posição mantida pelo Tribunal de Justiça da CE (1997) em relação a várias questões que levaram à livre prestação de serviços.

O problema fundamental que se colocava era o de saber se uma companhia de seguros poderia exercer a sua actividade no território de um EM, sem nele se instalar, a partir do território onde os seus serviços se localizavam, submetida, por isso, à legislação do EM onde a sede se encontrava localizada.

A questão principal nesta matéria é de natureza económica. Com efeito, a disparidade entre o Direito dos Seguros nos diversos EM, na altura, era de molde a criar situações de desigualdade e, conseqüentemente, distorções à concorrência. Por este facto, a liberalização do mercado da prestação de serviços de seguros foi bem mais complexa que a

liberalização do direito de estabelecimento, fundamentalmente pela alegada necessidade de harmonização prévia das legislações nacionais em sede de contrato de seguro.

Da análise efectuada, o Tribunal de Justiça da CE (1997) concluiu que a actividade seguradora constituía um domínio com características próprias que levaram os EM a legislar de forma imperativa no que respeita à situação financeira das empresas de seguros e às condições contratuais, bem como à fiscalização do seu cumprimento, pelo que existiam, nesta área, razões imperiosas de interesse geral que poderiam justificar a limitação à liberdade de prestação de serviços. Perante esta situação, o Tribunal de Justiça da CE (1997) examinou as chamadas *Directivas de Primeira Geração*, concluindo que o nível de harmonização obtido não assegurava a equivalência das condições de exercício da actividade seguradora na CE de forma a poderem ser suprimidas as restrições estaduais impostas aos prestadores de serviços.

Com efeito, apesar de estas Directivas conterem disposições detalhadas sobre a situação financeira das empresas e o seu controle pelas autoridades do EM da sede, não existiam quaisquer disposições que permitissem ao EM de acolhimento proceder a qualquer controle. Além disso, as Directivas em causa não tinham procedido a qualquer harmonização das regras nacionais relativas às provisões técnicas, pelo que aos EM seria lícito exigir às seguradoras o respeito pelas suas próprias regras nesta matéria, da mesma forma que o poderiam fazer no tocante às condições contratuais.

A harmonização comunitária das *Directivas de Segunda Geração* iniciou-se, tal como nas de *Primeira Geração*, pelo ramo não vida com a Directiva 88/357/CEE, de 22 de Junho de 1988, que fixou as condições de exercício da actividade seguradora no ramo não vida em livre prestação de serviços (Conselho das Comunidades Europeias, 1988).

O exercício da actividade seguradora em regime de livre prestação de serviços foi definido como sendo a cobertura de um risco localizado num EM diferente daquele em que a seguradora tem a sua sede.

De acordo com Gomes (2000, p.21), “a liberalização assenta numa classificação dos riscos de acordo com um critério fundado na necessidade de protecção específica, o que levou à

criação de duas categorias de riscos: os grandes riscos e os riscos de massa²⁹, os primeiros dispensando uma protecção específica ao tomador do seguro e os segundos, pelo contrário, exigindo-a.”

A lei aplicável ao contrato de seguro³⁰ foi objecto de um projecto de Directiva em discussão a partir de 1979. Esta ideia acabou por ser abandonada, face às dificuldades existentes, e na Directiva 88/357/CEE (Conselho das Comunidades Europeias, 1988) a solução é abordada em termos de Direito Internacional Privado, estabelecendo-se algumas regras e critérios tendo em vista a determinação da legislação aplicável ao contrato de seguro.

O texto da Directiva, segundo Gomes (2000, p.24), “é bastante prudente e comedido nesta matéria e a distinção entre grandes riscos e riscos de massa é, neste caso, destituída de consequências directas. Os critérios fundamentais para a determinação da lei aplicável são o domicílio do tomador e o local do risco, em detrimento da lei do domicílio do segurador ou ainda do foro convencionado.”

Assim, quando o EM de residência do tomador coincida com o local do risco, a lei aplicável será necessariamente a desse estado; quando esses locais se encontrem em país diferente, incumbe às partes a escolha, de entre os dois, qual o direito aplicável.

As regras anteriores são excepcionadas quando se verificarem algumas situações previstas na Directiva. Assim, será aplicável a lei nacional da jurisdição quando esta seja imperativa, bem como será aplicável a lei do estado onde o risco está situado, quando essas normas sejam imperativas ou quando nesse estado o seguro em causa seja obrigatório.

²⁹ A categoria dos grandes riscos foi definida em termos taxativos e a dos riscos de massa em termos residuais. São grandes riscos os riscos de transporte, de crédito e caução, quando tomados no exercício de uma actividade industrial, comercial ou profissional liberal e, bem assim, quaisquer outros riscos quando o tomador ultrapasse alguns valores numéricos determinados pela directiva, em função do valor do risco, do volume de negócios ou do pessoal empregado. Todos os riscos que não são definidos como grandes riscos são riscos de massa (Conselhos das Comunidades Europeias, 1988).

³⁰ A Lei de harmonização do contrato de seguro não é uma condição prévia para a realização do mercado interno dos seguros, que deveria ser estabelecida para o benefício dos tomadores, segurados e beneficiários, quer como algumas regras gerais em relação a determinados tipos de seguros a fim de remover as barreiras existentes para a diversidade da regulamentação para a condução do comércio internacional.

A livre prestação de serviços no ramo vida foi estabelecida nos termos da Directiva 90/619/CEE (Conselho das Comunidades Europeias, 1990c). A solução encontrada foi diferente da utilizada para os ramos não vida, pese embora se prevejam ainda dois regimes distintos. No essencial, o critério objectivo da importância do risco foi abandonado porque de difícil aplicação ao seguro de vida e foi adoptado um novo critério, fundado na actividade ou passividade da prestação de serviços, consoante o contrato de seguro é celebrado por iniciativa do segurador ou do tomador.

A ideia subjacente ao critério é que o tomador que decide tomar um contrato de seguro fora do território do seu EM age voluntariamente e, em consciência, dispensa a sua protecção. Nos termos da Directiva, existe livre prestação de serviços passiva quando o tomador do seguro tem a iniciativa de contactar a seguradora, ainda que através de um intermediário estabelecido no EM e mandatado expressamente para esse efeito.

O regime aplicável ao exercício da liberdade de prestação de serviços passiva é idêntico ao regime estabelecido para os grandes riscos não vida, enquanto o regime da prestação de serviços activa segue as regras aplicáveis aos riscos de massa dos seguros não vida.

A *Terceira Geração de Directivas* comunitárias sobre o mercado interno dos seguros assenta em dois documentos principais:

- A Directiva 92/49/CEE (Conselho das Comunidades Europeias, 1992a), para os ramos não vida;
- A Directiva 92/96/CEE (Conselho das Comunidades Europeias, 1992b), para o ramo vida.

Pode ainda incluir-se nesta “*geração*” a Directiva 91/674/CEE, (Conselho das Comunidades Europeias, 1991a), relativa às contas anuais das empresas de seguros e a Directiva 95/26/CEE (Parlamento Europeu e Conselho, 1995), relativa à supervisão prudencial e ao reforço dos poderes das autoridades competentes especialmente no que respeita à troca de informações relativas às empresas supervisionadas.

A *Terceira Geração de Directivas* completou o quadro legislativo comunitário necessário para o estabelecimento do chamado passaporte europeu das companhias de seguros, tendo subjacente uma coordenação das principais regras relativas à supervisão prudencial e

financeira das companhias de seguros, com vista à protecção dos tomadores e à estabilidade dos mercados financeiros.

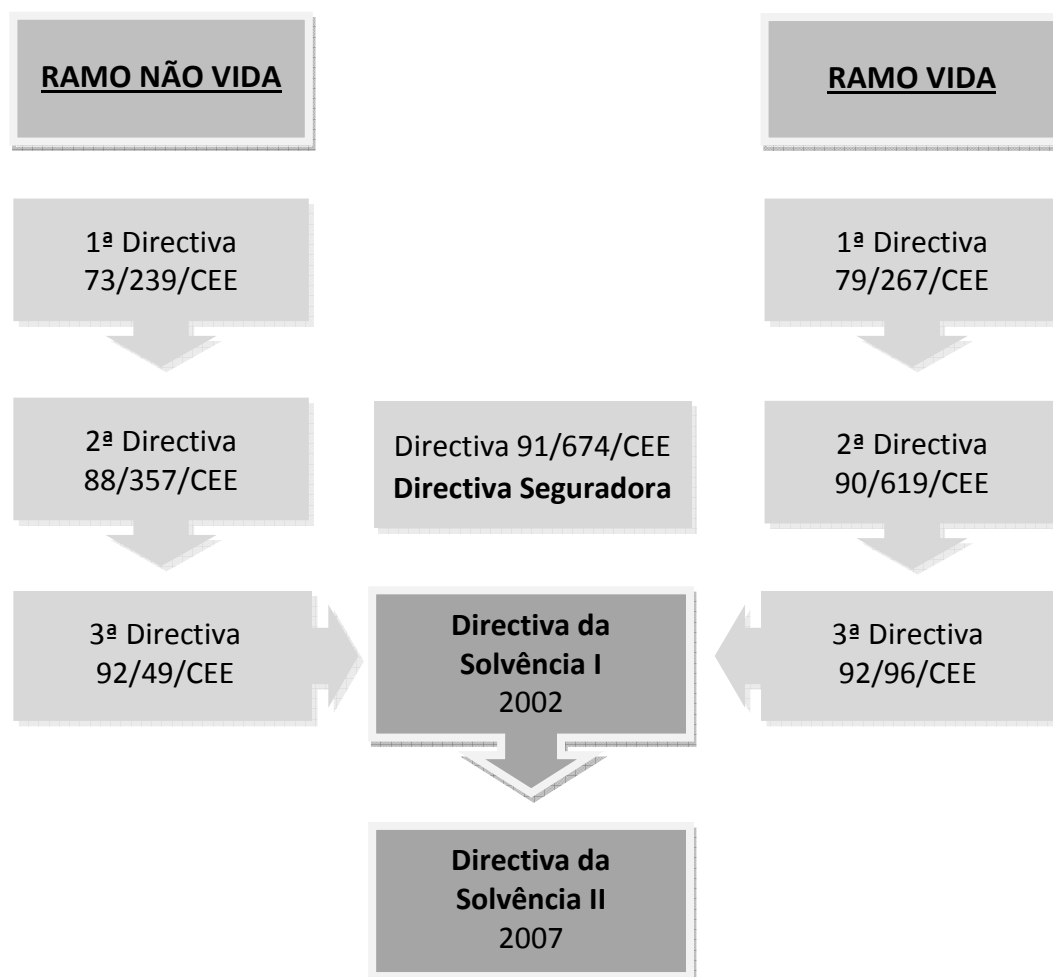
Com efeito, a actividade de seguro directo passou a estar submetida em todo o território comunitário ao regime de autorização única, válida para toda a Comunidade, emitida pelo EM de origem, segundo o princípio do *home control*, habilitando a empresa a exercer a sua actividade, em regime de direito de estabelecimento ou de livre prestação de serviços, em qualquer EM (Gomes, 2000).

Ao EM de origem incumbem ainda os poderes de supervisão e controlo prudencial excepto, no que respeita às regras relativas à comercialização de produtos e às condições contratuais, na parcela de actividades da seguradora desenvolvidas ao abrigo do direito de estabelecimento ou da livre prestação de serviços. Neste caso, os poderes de supervisão e controlo são exercidos pelo EM de acolhimento.

A autorização prévia e a comunicação sistemática de apólices e tarifas foram abolidas em termos gerais, subsistindo a última apenas para as situações de seguro obrigatório.

As referidas Directivas foram alteradas por outras posteriores que tiveram como objectivo harmonizar o chamado Direito Público dos seguros em cada um dos EM e reforçar a posição dos segurados³¹. Tudo isto no sentido de que a liberdade de estabelecimento e de prestação de serviços apresente, como condição *sine qua non*, a harmonização dos requisitos financeiros e das condições de acesso à actividade seguradora, além da aproximação das regras aplicáveis ao contrato de seguro.

³¹ Entre outras, podemos referir a Directiva 91/674/CEE relativa às contas anuais e às contas consolidadas das empresas de seguros e a Directiva 95/26/CEE que visa reforçar a supervisão prudencial das entidades financeiras, as quais já mencionamos anteriormente.

Figura 1: Evolução do Projecto Solvência

Fonte: Associação Portuguesa de Seguradores (Adaptado)

3.3.1. Primeira Directiva 73/239/CEE do Conselho (*Primeira Geração Não Vida*)

A Directiva 73/239/CEE (Conselho das Comunidades Europeias, 1973a) refere-se ao acesso de actividade e ao seu exercício do seguro directo do ramo não vida, praticadas pelas empresas de seguros estabelecidas num determinado EM. Esta regulamentação permite às seguradoras de qualquer país da UE, abrir agências e sucursais no território de outro país nas mesmas condições que a nacionalidade desse mesmo país.

Nos termos do Programa Geral para a Supressão das Restrições à Liberdade de Estabelecimento, a eliminação das limitações na criação de agências e sucursais está sujeita à coordenação das condições de acesso e de exercício da actividade das empresas de seguro directo dos ramos não vida (Conselho da Comunidade Económica Europeia, 1962).

As regras de coordenação relativas ao exercício da actividade de seguro directo no seio na Comunidade devem aplicar-se a todas as empresas³² que actuem no mercado, incluindo as agências e sucursais das sociedades cuja sede esteja fora da Comunidade, devendo portanto haver fortes regras de fiscalização para que não se dêem condições especiais a essas empresas uma vez que o seu património se encontra fora da Comunidade. Mas convém haver alguma flexibilização, de forma a não se dar um tratamento mais favorável a essas empresas do que às da Comunidade.

É necessária uma classificação dos riscos por ramos, para se poder determinar quais as actividades sujeitas a uma autorização obrigatória, e o montante do fundo de garantia³³ mínimo fixado em função de cada ramo.

Certas e determinadas garantias específicas tiveram de ser excluídas do âmbito desta Directiva (Conselho das Comunidades Europeias, 1973a), em função do seu regime jurídico. É de todo conveniente eliminar alguns organismos presentes nos vários EM, em que a sua actividade abrange um sector demasiado pequeno, estando restrito a um determinado território ou pessoas.

Diversas legislações abarcam regras diferentes quanto à acumulação da actividade do seguro de doença, do seguro de crédito e de caução e do seguro de protecção jurídica, tanto entre estes como com outras áreas de seguro. As divergências existentes, e após a supressão das restrições ao direito de estabelecimento relativamente aos ramos de seguro não vida, permitirão que subsistam obstáculos a esse mesmo estabelecimento, que só irá ser “solucionado” com a entrada em vigor de uma futura legislação.

Os ramos de seguro ao abrigo da presente Directiva (Conselho das Comunidades Europeias, 1973a) serão alvo de uma fiscalização, que só é possível se os ramos a que nos referimos forem submetidos a uma autorização administrativa, sendo pois necessário definir as condições dessa mesma autorização. Nos específicos ramos dos transportes (cascos de veículos ferroviários, Cascos de aeronaves, Cascos de embarcações marítimas,

³² É necessário prever certas disposições transitórias com vista a permitir que as PME, se adaptem às normas que devem ser adoptadas pelos EM em execução da presente Directiva, sem prejuízo do disposto no art. 53º do Tratado.

³³ Artº 17º da Directiva 73/239/CEE (Conselho das Comunidades Europeias, 1973a).

lacustres ou fluviais, transporte de mercadorias e responsabilidade civil de embarcações marítimas, lacustres ou fluviais) e de crédito (crédito e caução), será necessário submetê-los a um regime mais flexível, devido às constantes oscilações das condições de mercadorias e de crédito.

As empresas de seguros, tal como outras empresas, terão de constituir reservas³⁴ para fazer face aos seus compromissos, mas além dessas terão de constituir reservas complementares denominadas de Margem de Solvência.

A Margem de Solvência, em complemento à obrigação de constituição de reservas técnicas suficientes para a cobertura das responsabilidades resultantes dos contratos de seguro no sistema de supervisão prudencial das empresas de seguros, assume importância fundamental ao garantir que estas empresas detêm um nível adequado de capitais que lhes permita amortecer os efeitos decorrentes de condições adversas de subscrição e de eventuais flutuações económicas desfavoráveis. É necessário, portanto, a exigência de um fundo de garantia mínimo, em função da gravidade do risco inerente aos ramos explorados, de forma a garantir que as empresas dispõem desde o seu início de meios adequados para que não recuem, durante o exercício da sua actividade, abaixo do mínimo do nível da sua margem de solvência. Isto porque, existe a necessidade de prever medidas no caso da situação financeira da empresa ser de difícil ao ponto de não conseguir cumprir com as suas responsabilidades (Almedina, 2003).

3.3.2. Primeira Directiva 79/267/CEE do Conselho (*Primeira Geração Vida*)

Foi em 1979 que o ramo vida foi objecto de regulamentação comunitária mediante uma transposição, com as necessárias adaptações, do regime estabelecido para os ramos não vida. Surge então o princípio da especialização do ramo vida, que impõe às seguradoras a interdição de acumular a exploração de ramos vida e não vida (Conselho das Comunidades Europeias, 1979).

À semelhança do apresentado na Directiva do ramo não vida, para facilitar o acesso às actividades de seguro e ao seu exercício, em termos de fiscalização, foi necessário suprimir

³⁴ Que no caso das empresas de seguros são denominadas de reservas técnicas, para o cálculo das quais existem outras disposições regulamentares para o efeito.

certas divergências existentes entre as legislações nacionais, sem deixar de ser garantida em todos os EM a protecção necessária aos segurados e a terceiros, nomeadamente as garantias financeiras exigidas às empresas de seguros de vida.

Também no sector vida é necessária uma classificação por ramos³⁵, especialmente no que respeita à determinação das actividades que estão sujeitas a uma autorização obrigatória.

Conforme exposto num dos considerandos da Directiva 79/267/CEE (Conselho das Comunidades Europeias, 1979), existem nos diversos países da Comunidade, diversas práticas e regulamentações quanto à acumulação das actividades de seguro de vida e não vida, que não devem ser permitidas. Às empresas que tiverem essa acumulação, deve ser possível que os EM autorizem a possibilidade de continuar a praticar tal acervo, desde que a gestão seja distinta para cada uma dessas actividades, com a finalidade de proteger os interesses dos segurados dos dois ramos, e que as obrigações financeiras mínimas decorrentes de cada uma das actividades não sejam suportadas pela outra.

No momento em que uma dessas empresas pretenda abrir uma agência ou sucursal para a prática do seguro de vida, é conveniente que esta crie uma filial que pode beneficiar de certas facilidades temporariamente. Mas, às que já praticavam tal acumulação aquando da entrada em vigor desta Directiva, foi dada aos EM a possibilidade de lhes exigir a cessação dessa acumulação, caso estejam estabelecidas no seu território, devendo ser sujeitas a uma fiscalização especial, uma vez que as empresas de seguros de vida pertencem ao mesmo grupo de seguros não vida.

Os vários ramos dos seguros de vida serão alvo de uma fiscalização, só possível se os ramos a que nos referimos forem submetidos a uma autorização administrativa, sendo pois necessário definir as condições de concessão e de revogação dessa mesma autorização. A previsão do recurso jurisdicional das decisões de recusa ou revogação é indispensável.

³⁵ Conforme o disposto no anexo A desta Directiva (Conselho das Comunidades Europeias, 1979), os seguros que integram o ramo vida são os contratos e operações que incidam sobre a morte, a vida, sobre a morte e a vida (mistos), a vida com contra-seguro, a renda, nupcialidade ou natalidade, seguros ligados a fundos de investimento, quando aliados a qualquer um dos seguros anteriores, operações de capitalização e de gestão de fundos colectivos de reforma.

As reservas técnicas (incluindo matemáticas) podem ser adaptadas segundo as mesmas regras³⁶ aplicáveis para aos seguros não vida.

Conforme já foi mencionado, existem diversas semelhanças entre a primeira Directiva (Conselho das Comunidades Europeias, 1973a) relativa à actividade de seguro directo não vida e esta que agora estamos a analisar (Conselho das Comunidades Europeias, 1979), a de seguro directo vida, ou não constituíssem as denominadas *Directivas de Primeira Geração*.

O mesmo se passa com as já denominadas reservas técnicas em que, para além destas, a Margem de Solvência assume um papel fulcral como reserva complementar, para que as empresas possam fazer face aos seus compromissos (riscos de exploração), mediante acordo da autoridade de fiscalização. É importante que a Margem de Solvência esteja em relação com o volume global dos compromissos assumidos pela empresa e com a natureza e gravidade dos riscos inerentes às diferentes actividades abrangidas por esta Directiva, para garantir que as obrigações impostas em matéria de reservas são determinadas em função de critérios objectivos, colocando em pé de igualdade a concorrência entre empresas do mesmo nível.

No entanto, a Margem de Solvência deve ser diferente consoante se trate apenas de riscos de investimento, de mortalidade ou de gestão. Assim, esta margem deve ser calculada em função de reservas matemáticas, de capitais em risco cobertos pela empresa, dos prémios ou quotizações recebidos.

A par com a Directiva do ramo não vida, é necessário também, em função da gravidade do risco inerente aos ramos explorados, a exigência de um fundo de garantia mínimo de forma a garantir que as empresas disponham desde o seu início de meios adequados para que não recuem, durante o exercício da actividade, abaixo do nível mínimo da sua margem de solvência (Conselho das Comunidades Europeias, 1979).

Em matéria de fiscalização, à semelhança da Directiva analisada anteriormente e para facilitar o acesso a estas actividades e ao seu exercício, é necessário suprimir certas

³⁶ As regras são: localização no país de exploração, regulamentação por parte deste país, dos métodos de cálculo, da determinação das categorias de investimentos e da avaliação dos activos.

divergências existentes entre as legislações nacionais, sem que deixe de ser garantida em todos os EM a protecção necessária aos segurados e a terceiros, nomeadamente as garantias financeiras exigidas às empresas de seguros.

As regras relativas ao exercício da actividade de seguro directo no seio na Comunidade devem aplicar-se a todas as empresas³⁷ que actuem no mercado, incluindo as agências e sucursais das sociedades cuja sede esteja fora da Comunidade. Contudo, relativamente a estas últimas, as respectivas formas de fiscalização devem conter disposições especiais, uma vez que o património das empresas de que dependem se encontra fora da Comunidade. Em tais situações, é conveniente a existência de acordos de reciprocidade com outros países afim de possibilitar alguma flexibilização de tais condições especiais, atendendo, no entanto, ao princípio de que as agências e sucursais destas empresas não devem ter um tratamento mais favorável do que as empresas da Comunidade

Desde a aplicação destas Directivas, não é necessário adoptar legislação de supressão das restrições à liberdade de estabelecimento, uma vez que é directamente aplicável o artº 52º do Tratado (Europa, 1957).

3.3.3. Segunda Directiva 88/357/CEE do Conselho (*Segunda Geração Não Vida*)

A Directiva 88/357/CEE, (Conselho das Comunidades Europeias, 1988), compreende as disposições legislativas e regulamentares e administrativas respeitantes ao seguro directo não vida, que fixa disposições destinadas a facilitar o exercício da livre prestação de serviços e que altera a Directiva 73/329/CEE (Conselho das Comunidades Europeias, 1979a).

Nesta *Segunda Geração de Directivas*, as seguradoras passaram a poder oferecer num EM os produtos que comercializavam no país da sua sede, sem ter a necessidade de abrir uma sucursal, facilitando assim a livre prestação de serviços. Concretamente, foi concedida a possibilidade de exercício de actividade num determinado EM sem necessidade de estabelecimento.

³⁷ É necessário prever certas disposições transitórias com vista a permitir que as PME, se adaptem às normas que devem ser adoptadas pelos EM em execução da presente Directiva, sem prejuízo do disposto no artº 53º do Tratado.

Neste novo contexto, foi necessário definir o conceito de prestação de serviços, tendo em conta a localização do estabelecimento do segurador, o local do risco e a situação de risco.

Assim, tornou-se útil distinguir determinados riscos (grandes riscos e riscos massa, anteriormente analisados) para os quais as regras adoptadas pelas autoridades dos EM, devido à sua natureza e às suas repercussões sociais, tornaram desapropriada a aplicação das *Directivas de Primeira Geração*.

Uma das preocupações subjacentes à *Segunda Geração de Directivas* foi a de completar a primeira (73/239/CEE), nomeadamente ao nível de especificação dos poderes e meios de fiscalização das autoridades de controlo, prevendo disposições específicas relativas ao acesso, exercício e verificação da actividade desenvolvida em prestação de serviços.

Conforme consta no art.º 3.º da Directiva em análise (Conselho das Comunidades Europeias, 1988, p.4):

“...é equiparada a agência ou sucursal qualquer presença permanente de uma empresa no território de um EM, mesmo que essa presença não tenha assumido a forma de uma sucursal ou agência e se exerça através de um simples escritório gerido por pessoal da própria empresa, ou de uma pessoa independente mas mandatada para agir permanentemente em nome da empresa como o faria uma agência.”

Esta Directiva (Conselho das Comunidades Europeias, 1988) veio também reforçar uma das prevenções da primeira geração: a protecção e equidade de condições para com os tomadores de seguros, uma vez que é de todo conveniente conceder-lhes total liberdade de escolha num mercado de seguros o mais amplo possível, devido à qualidade, importância e à natureza do risco a segurar. Neste contexto, esta Directiva previa facultar aos EM a possibilidade de limitar o exercício simultâneo da actividade em livre de prestação de serviços e da actividade por estabelecimento.

Em linha com o Tratado, e tendo em conta o esforço que certas economias fazem para acompanhar o desenvolvimento económico, foi necessário conceder aos EM um regime transitório que permitisse a aplicação gradual das disposições específicas para a livre prestação de serviços presentes nesta Directiva 88/357/CEE (Conselho das Comunidades Europeias, 1988).

3.3.4. Segunda Directiva 90/619/CEE do Conselho (*Segunda Geração Vida*)

A Directiva 90/619/CEE, (Conselho das Comunidades Europeias, 1990c) relativa à coordenação das disposições legislativas, regulamentares e administrativas respeitantes ao seguro directo de vida, fixa as disposições destinadas a facilitar o exercício efectivo da livre prestação de serviços e altera a Directiva 79/267/CEE.

Esta Directiva veio essencialmente alterar os procedimentos da Directiva 79/267/CEE do ramo “vida” da Primeira Geração, no sentido de desenvolver o mercado interno do seguro de vida e das operações abrangidas pelo ramo vida. Para atingir esse objectivo, é importante facultar às seguradoras com sede social na Comunidade a prestação de serviços noutros EM, permitindo aos segurados o recurso não apenas às empresas de seguros estabelecidas nos seus países, como também às que tenham sede social na Comunidade e estabelecidas noutros EM.

Após o período de transição previsto na Directiva 90/619/CEE (Conselho das Comunidades Europeias, 1990c), é proibida qualquer discriminação em matéria de prestação de serviços para com uma seguradora que não esteja estabelecida onde a prestação é executada, tanto em prestações de serviços efectuadas a partir de qualquer estabelecimento na Comunidade, quer da sede social de uma empresa, quer de agência ou sucursal.

No contexto desta Directiva, a prestação de serviços pode ser definida tendo em conta quer a localização do estabelecimento do segurador, quer o local do compromisso.

No relacionamento com países terceiros, torna-se necessário a existência de um procedimento flexível, em que o objectivo é não fechar os mercados financeiros da Comunidade, mas assegurar a sua liberalização com outros EM, na perspectiva de manter os mercados financeiros europeus abertos ao resto do Mundo. Para esse efeito, a presente Directiva prevê procedimentos de negociação com países terceiros ou, em último caso, a possibilidade de tomar medidas que consistirão em suspender novos pedidos de autorização ou em limitar novas autorizações de exercício no espaço europeu.

Com o objectivo de completar a primeira Directiva do ramo vida, e à semelhança do verificado para o ramo não vida, quanto aos meios de fiscalização, é importante especificar

os meios atribuídos às autoridades de controlo, no que concerne às disposições específicas em matéria de acesso, de exercício e de controlo da actividade desenvolvida em regime de livre prestação de serviços.

A Directiva 90/619/CEE (Conselho das Comunidades Europeias, 1990c) contém ainda regras sobre a lei aplicável ao contrato de seguro: na ausência de estipulação entre as partes, quando o direito do EM em causa o permita, aplicar-se-á o direito do EM de residência do tomador; nos contratos de seguros celebrados em regime de livre prestação de serviços, é concedido ao segurado a possibilidade de denunciar o contrato no prazo de 14 a 30 dias, conforme previsto no artº 15º da presente Directiva.

As Directivas da *Primeira Geração* proibiram a acumulação de actividades, embora tenham autorizado a manutenção das empresas multi-ramos já existentes. Porém, estipularam que estas não podiam criar agências ou sucursais para o seguro de vida. O carácter específico dos compromissos assumidos em matéria de seguro em regime de prestação de serviços justifica, pelo menos a título transitório a partir da publicação da presente Directiva aos EM, a introdução de uma certa flexibilidade na aplicação do princípio acima referido.

Nenhuma disposição da presente directiva impede uma empresa multi-ramos de se dividir em duas, praticando uma o seguro de vida e a outra o seguro não vida, e que para realizar esta separação nas melhores condições possíveis é desejável permitir que os EM prevejam, no cumprimento das disposições de direito comunitário em matéria de concorrência, um regime fiscal apropriado, respeitante nomeadamente às mais-valias que essa separação possa fazer surgir.

3.3.5. Directiva Seguradora 91/674/CEE do Conselho

A Directiva 91/674/CEE (Conselho das Comunidades Europeias, 1991a) é relativa às contas anuais e às contas consolidadas das empresas de seguros, denominada por Directiva Seguradora.

A maior parte das alterações que foram propostas para esta Directiva (Conselho das Comunidades Europeias, 1991a) decorreram de adaptações à Quarta Directiva (Conselho das Comunidades Europeias, 1978).

Este texto legislativo atendeu ao facto de as empresas de seguros exercerem as suas actividades além-fronteiras do seu próprio território nacional, havendo necessidade de garantir a comparabilidade das contas anuais e das contas consolidadas dessas empresas, uma vez que reveste especial importância para os credores, devedores, sócios, tomadores de seguros, bem como para o público em geral.

A Quarta Directiva (Conselho das Comunidades Europeias, 1978), no seu art.º 1.º, ponto 2, refere que, até coordenação posterior, os vários EM podem não aplicar às sociedades de seguros esta regulamentação relativa às contas anuais.

No que respeita às contas consolidadas, o art.º 40.º da Sétima Directiva (Conselho das Comunidades Europeias, 1983) refere que os EM podem derrogar as disposições presentes nesta legislação, nomeadamente no que se refere aos métodos de avaliação dos elementos incluídos nessas contas.

Atendendo às especificidades do sector segurador, houve necessidade de prever, ao nível contabilístico, um âmbito de aplicação que correspondesse ao da Directiva 73/239/CEE (*Directiva de Primeira Geração Não Vida*) e ao âmbito de aplicação da Directiva 79/267/CEE (*Directiva de Primeira Geração Vida*).

Contudo, entendeu-se não ser necessário propor Directivas distintas para as contas anuais e para as contas consolidadas neste sector de actividade. O espírito do legislador foi no sentido de atender ao sector segurador em articulação com os princípios fundamentais da coordenação do direito das sociedades, uma vez que a importância deste tipo de sociedades na economia comunitária é tal que não poderiam ser excluídas da regulamentação concebida para o conjunto das empresas. Daí que a presente Directiva apenas regule as derrogações existentes nas Quarta e Sétima Directivas.

Neste contexto, e como existiam diferenças de estrutura e de conteúdo no Balanço e na Demonstração dos Resultados nos vários EM, a Directiva Seguradora veio prever rubricas com as mesmas designações para essas demonstrações financeiras, de forma a garantir uma maior comparabilidade (Conselho das Comunidades Europeias, 1991a). Tendo ainda em conta a natureza destas empresas, foram feitas algumas modificações ao anexo às contas anuais e às contas consolidadas. As particularidades existentes no sector dos seguros

levaram a que as mais-valias e menos-valias não realizadas fossem tomadas em consideração na Demonstração dos Resultados.

A comparabilidade dos valores reflectidos nas demonstrações financeiras depende essencialmente do valor atribuído aos elementos do activo e do passivo inscritos no Balanço. De forma a facilitar uma correcta avaliação da situação financeira das empresas de seguros, é necessário indicar o valor actual dos investimentos, bem como o seu valor calculado ao preço de aquisição ou ao custo de produção, conforme previsto no art. 45º da presente Directiva Seguradora (Conselho das Comunidades Europeias, 1991a). Assim, e para fins unicamente de comparabilidade e de transparência, foi estabelecido a obrigatoriedade de indicar pelo menos no anexo às contas, o valor actual dos investimentos, não pretendendo provocar com isso uma alteração do tratamento fiscal aplicável às empresas de seguros.

3.3.6. Directiva 92/49/CEE do Conselho (*Terceira Geração Não Vida*)

A Directiva 92/49/CEE (Conselho das Comunidades Europeias, 1992a), relativa à coordenação das disposições legislativas, regulamentares e administrativas respeitantes ao seguro directo não vida, também denominada terceira directiva sobre o seguro não vida, altera as directivas 73/239/CEE e 88/357/CEE.

Esta Directiva insere-se num edifício legislativo comunitário já construído, complementado com a Directiva 73/239/CEE, a Directiva 88/357/CEE e a Directiva Seguradora 91/674/CEE. Todo o processo adoptado consistiu na criação de um “sistema de passaporte comunitário” (*autorização única*) para as seguradoras com base no conceito da harmonização mínima e reconhecimento mútuo.

Com esta Directiva, a actividade de seguro directo no mercado interno passou a ficar sujeita ao regime da *autorização única* válida para todo o território da Comunidade Europeia. A competência para a concessão daquela autorização passou a caber ao EM de origem, ficando a empresa de seguros habilitada a exercer a sua actividade no território de outros países, ao abrigo do direito de estabelecimento e da livre prestação de serviços. A supervisão e o controlo prudenciais passaram a ser exercidos pelas autoridades do EM de origem, de acordo com as disposições legais vigentes no seu território. As autoridades

competentes do EM de acolhimento continuaram a dispor de poderes para garantir a observância, no seu território, das respectivas disposições de interesse geral, nomeadamente as que dizem respeito à comercialização dos produtos e às condições contratuais. Também foi eliminada a autorização prévia ou a comunicação sistemática das apólices e tarifas, exigindo-se apenas esta última para os seguros obrigatórios. Para tal efeito, foi de todo conveniente alterar as Directivas 73/239/CEE e 88/357/CEE (Almedina, 1998).

Refere a Directiva (Conselho das Comunidades Europeias, 1992a), num dos seus considerandos, que a supervisão da solidez financeira duma empresa de seguros está ao cargo do EM de origem, nomeadamente no que respeita à sua situação de solvência e à constituição de provisões técnicas suficientes, bem como à sua representação por activos congruentes (Conselho das Comunidades Europeias, 1992a).

O acesso ao conjunto das actividades de seguro não vida em toda a Comunidade foi despoletado pela criação do mercado interno sem fronteiras. Este implicou a possibilidade de qualquer seguradora, devidamente autorizada, cobrir qualquer dos riscos referidos no anexo da Directiva 73/239/CEE (Conselho das Comunidades Europeias, 1973a), tornando-se inevitável a eliminação de situações de exclusividade de que usufruíam diversos organismos em certos EM, no que respeita à cobertura de determinados riscos.

A Directiva Seguradora (Conselho das Comunidades Europeias, 1991a) previa disposições em matéria de constituição das provisões técnicas que as empresas de seguros são obrigadas a constituir para garantia dos compromissos subscritos. A harmonização relativa às provisões técnicas permite conceder o benefício do respectivo reconhecimento mútuo.

Os elementos necessários à constituição da Margem de Solvência são com esta Directiva 92/49/CEE (Conselho das Comunidades Europeias, 1992a) actualizados. A Margem de Solvência deve corresponder ao património da empresa, livre de qualquer compromisso e deduzidos os elementos incorpóreos, e deve compreender o capital social realizado; metade da parte ainda não realizada do capital social, desde que a parte realizada atinja 25% do capital; as reservas (legais e livres); os lucros a transitar; os reforços de quotizações; mais-valias resultantes da subavaliação de activos; e as acções preferenciais cumulativas e os

empréstimos subordinados até ao limite de 50% da margem, situações que não estavam previstas na Directiva 73/239/CEE (Conselho das Comunidades Europeias, 1973a).

A Directiva 88/357/CEE permitia aos EM a possibilidade de limitar o exercício simultâneo da actividade seguradora no seu território em regime de estabelecimento e em regime de livre prestação de serviços. Esta directiva 92/49/CEE (Conselho das Comunidades Europeias, 1992a) veio impedir o exercício dessa prerrogativa.

A introdução periódica de alterações técnicas às regras pormenorizadas no âmbito da presente Directiva, de modo a tomar em consideração a evolução futura no sector dos seguros, poderão vir a revelar-se necessárias. Tais alterações serão tomadas pela Comissão, após consulta ao Comité de Seguros³⁸ criado pela Directiva 91/675/CEE (Conselho das Comunidades Europeias, 1991b).

3.3.7. Directiva 92/96/CEE do Conselho (*Terceira Geração Vida*)

A Directiva 92/96/CEE (Conselho das Comunidades Europeias, 1992b) estabelece a coordenação das disposições legislativas, regulamentares e administrativas relativas ao seguro directo vida e altera as Directivas 79/267/CEE e 90/619/CEE. Também é designada de terceira Directiva sobre o seguro de vida,

A *Directiva de Segunda Geração Vida* (Conselho das Comunidades Europeias, 1990c) estabeleceu uma etapa importante no sentido de aproximação dos diferentes mercados nacionais no âmbito de um mercado único integrado. Esta etapa foi aprofundada pela *Directiva de Terceira Geração Vida* (Conselho das Comunidades Europeias, 1992b), a qual teve como objectivo garantir a todos os tomadores de seguros a possibilidade de recorrer a qualquer seguradora que tenha a sua sede social na Comunidade e que nela exerça a sua actividade em regime de estabelecimento ou em regime de livre prestação, garantindo-lhes simultaneamente uma protecção adequada.

³⁸ O Comité de Seguros, é composto por representantes dos EM e presidido por um procurador da Comissão. O Comité examinará todas as questões relativas à execução das disposições comunitárias no âmbito do sector dos seguros, e nomeadamente as Directivas relativas ao seguro directo. Não tratará de problemas específicos das empresas de seguros individuais.

O considerando (6) da Directiva 92/96/CEE (Conselho das Comunidades Europeias, 1992b) refere que o acesso à actividade seguradora e o seu exercício encontram-se submetidos a uma autorização administrativa única, emitida pelas autoridades do EM onde se situa a sede social da empresa de seguros. Esta autorização permite que a empresa desenvolva a sua actividade em toda a Comunidade, tanto no regime de estabelecimento, como no regime de livre prestação de serviços. O EM deixa de poder exigir uma nova autorização às empresas de seguros que nele pretendam exercer a sua actividade seguradora e que tenham já sido autorizadas no país de origem.

Para garantir o exercício regular das actividades das empresas de seguros em toda a Comunidade, quer sejam exercidas em regime de estabelecimento, quer em regime de livre prestação de serviços, as autoridades competentes dos EM devem dispor dos meios necessários à supervisão. Devem ainda poder adoptar medidas de salvaguarda adequadas ou impor sanções que tenham por objectivo prevenir eventuais irregularidades ou infracções às disposições em matéria de supervisão dos seguros.

A Margem de Solvência do ramo vida exigida pela *Directiva de Primeira Geração Vida*, teve de ser completada com a presente Directiva 92/96/CEE (Conselho das Comunidades Europeias, 1992b), a fim de tomar em consideração os novos instrumentos financeiros e as facilidades concedidas às outras instituições financeiras para a constituição dos respectivos fundos próprios.

Esta Directiva tem subjacente o entendimento que, para o tomador do seguro, é de todo favorável o acesso a uma gama de produtos de seguro oferecidos na Comunidade, a mais vasta possível, para que possa escolher a solução mais adequada às suas necessidades. Desta forma, compete ao EM, onde o compromisso é assumido, garantir que não haja quaisquer obstáculos à comercialização no seu território de todos os produtos de seguro oferecidos na Comunidade, desde que estes não sejam contrários às disposições legais em vigor nesse país.

Em sintonia com o entendimento subjacente à *Directiva de Terceira Geração Não Vida*, também esta Directiva estipula que nenhum EM pode proibir no seu território, no âmbito do mercado interno, o exercício simultâneo da actividade seguradora em regime de estabelecimento e em regime de livre prestação de serviços. Tal implicou suprimir a

possibilidade concedida neste domínio aos EM pela *Directiva de Segunda Geração Vida* (Conselho das Comunidades Europeias, 1990c).

Esta Directiva prevê ainda a este propósito que, no caso de liquidação de uma empresa de seguros, é importante prever uma coordenação comunitária de forma a que o sistema instituído pelo EM assegure a igualdade de tratamento de todos os credores de seguro, sem distinção quanto à respectiva nacionalidade e independentemente da modalidade de subscrição do compromisso.

3.3.8. Directiva 2002/12/CE do Parlamento Europeu e do Conselho (*Margem Solvência do ramo Vida*)

A Directiva 2002/12/CE (Parlamento Europeu e Conselho da União Europeia, 2002a) altera a *Directiva de Primeira Geração Vida* (Conselho das Comunidades Europeias, 1979) relativamente aos requisitos em matéria de Margem de Solvência aplicáveis às empresas de seguro de vida.

As disposições relativas à Margem de Solvência reportam-se à *Primeira Geração* de Directivas comunitárias, tendo sido actualizadas na *Terceira Geração*. A Directiva 79/267/CEE (Conselho das Comunidades Europeias, 1979) assume importância fundamental ao acautelar a protecção dos tomadores de seguros no mercado único, uma vez que garante que as empresas seguradoras terão um nível adequado de capitais em função da natureza dos respectivos riscos.

A actualização da *Terceira Geração* não foi, no entanto, de natureza substancial, pelo que se entendeu necessário proceder posteriormente a uma avaliação da sua adequação. Este foi, aliás, um compromisso assumido pela Comissão perante o Comité de Seguros. A avaliação foi efectuada pelo *Müller Group*³⁹, tendo-se considerado que as disposições comunitárias nesta matéria se encontravam ainda adequadas, não se justificando quaisquer alterações.

Contudo, uma década mais tarde, o conjunto de alterações verificadas na realidade sócio-económica ditava a necessidade de actualização das disposições relativas à Margem de Solvência.

³⁹ Assim designado em razão do seu Presidente, Dr. Müller, do BAV, autoridade alemã de supervisão.

A presente Directiva (Parlamento Europeu e Conselho da União Europeia, 2002a) define as normas mínimas relativas ao requisito em matéria de Margem de Solvência, podendo um EM de origem estabelecer regras mais estritas para as empresas de seguros autorizadas pelas suas entidades competentes.

A composição da Margem de Solvência varia consoante a seguradora explore ramos não vida ou ramos vida. Quando explore conjuntamente os dois tipos fundamentais de ramos, a seguradora deverá cumprir a Margem de Solvência para cada um deles.

Sempre que os direitos dos tomadores de seguros estiverem em risco, em virtude da deterioração da posição financeira da empresa, verifica-se a necessidade das autoridades competentes dos EM disporem de poderes para obrigar as empresas a ter uma Margem de Solvência exigida superior, devendo informar as empresas de seguros das razões que motivam tal intervenção ao abrigo destes poderes, de acordo com os princípios da boa administração e do respeito dos procedimentos administrativos. Enquanto se observar uma tal situação, as autoridades competentes não deverão poder certificar que uma empresa de seguros dispõe de uma margem de solvência suficiente.

A presente Directiva prevê o aumento do fundo de garantia mínimo, em virtude, nomeadamente, da inflação dos níveis dos sinistros e das despesas de exploração ocorrida desde a sua adopção inicial. Conforme a nova redacção do artº 20º da Directiva 79/267/CEE (Conselho das Comunidades Europeias, 1979), descrita no artº 2º da Directiva 2002/12/CE (Parlamento Europeu e Conselho da União Europeia, 2002a), o fundo de garantia não pode ser inferior a 3.000.000,00 euros. Contudo, cada EM pode prever uma redução de um quarto do fundo de garantia mínimo relativamente às mútuas, às sociedades sob forma de mútuas e às tontinas⁴⁰.

A Margem de Solvência do ramo vida compreende elementos explícitos e elementos implícitos. Os primeiros são o capital social ou metade dele quando não realizado, desde que a parte realizada seja superior a 25%, as reservas legais e livres, incluindo as reservas

⁴⁰ O Banqueiro napolitano *Lorenzo Tonti* idealizou um sistema que passou a denominar-se "tontina". Consistia num fundo comum formado pelas contribuições dos subscritores que, mediante a entrega de um capital, adquiriam o direito a uma renda anual vitalícia. Na morte de um subscritor, a sua parte era adquirida pelos restantes, até que, morto o último beneficiário, o capital revertia para o Estado, gestor da tontina. As tontinas apenas aparecem pela primeira vez em Itália em 1650, na Holanda em 1671, na França em 1684, na Inglaterra em 1692 e na Prússia em 1698.

de reavaliação, não representativas de qualquer compromisso, o saldo de ganhos e perdas, após distribuições, acções preferenciais e empréstimos subordinados e outros títulos de duração indeterminada. Os segundos compreendem um montante correspondente a 50% dos lucros futuros obtidos pela multiplicação do lucro anual previsível, determinado pela média aritmética dos lucros obtidos nos últimos cinco anos com referência ao ramo vida, por um factor que representa a duração média dos contratos, desde que inferior ou igual a 10; os elementos implícitos abrangem ainda as mais-valias, quando não tenham carácter excepcional.

Concretamente, no caso Português, a Margem de Solvência para o ramo vida é obtida segundo métodos de cálculo que se baseiam no montante das provisões técnicas, nos termos dos art.ºs 99º e 100º do RJAS e pode variar conforme o tipo dos contratos de seguro efectuados.

À luz da evolução verificada no mercado da natureza do resseguro contratado pelas seguradoras primárias, e conforme o disposto no art.º 1º, n.º 4, ponto 4 da Directiva em análise (Parlamento Europeu e Conselho da União Europeia, 2002a), os EM asseguram que as autoridades competentes tenham poderes para diminuir a redução da Margem de Solvência sempre que a natureza dos contratos de resseguro ou respectiva fiabilidade tiverem sido alterados de modo significativo desde o último exercício; e se for inexistente ou insignificante a transferência de risco no quadro do contrato de resseguro.

3.3.9. Directiva 2002/13/CE do Parlamento Europeu e do Conselho (*Margem de Solvência do ramo Não Vida*)

A Directiva 2002/13/CE (Parlamento Europeu e Conselho da União Europeia, 2002b), altera a Directiva 73/239/CEE do Conselho relativamente aos requisitos em matéria de margem de solvência aplicáveis às empresas de seguro não vida.

A Margem de Solvência da seguradora é aferida em função do conjunto de toda a sua actividade e corresponde ao seu património, livre de qualquer obrigação previsível e deduzido dos elementos incorpóreos, o que significa que as provisões constituídas não são contabilizáveis.

A presente Directiva prevê o aumento do fundo de garantia mínimo, em virtude, nomeadamente, da inflação dos níveis dos sinistros e das despesas de exploração ocorrida desde a sua adopção inicial. Conforme a nova redacção do artº 17º da Directiva 73/239/CEE (Conselho das Comunidades Europeias, 1973), descrita no artº 1º, nº 4 da Directiva 2002/13/CE (Parlamento Europeu e Conselho da União Europeia, 2002b), o fundo de garantia não pode ser inferior a 2.000.000,00 euros. Nos casos, contudo, em que se trata de riscos ou de uma parte dos riscos compreendidos num dos ramos 10 a 15 enumerados no ponto A do anexo⁴¹ da Directiva 73/239/CEE (Conselho das Comunidades Europeias, 1973), este montante será, no mínimo, de 3.000.000,00 euros. Cada EM poder prever uma redução de um quarto do fundo de garantia mínimo relativamente às mútuas, às sociedades sob forma de mútuas e às tontinas.

A Margem de Solvência relativa aos ramos não vida inclui o capital social ou metade dele, quando ainda não realizado, desde que esteja realizado em pelo menos 25% do seu valor, os prémios de emissão, as reservas de reavaliação, as reservas legais e livres, o saldo de ganhos ou perdas, após distribuição, as mais-valias, em termos limitados e condicionais, acções preferenciais e empréstimos subordinados até ao limite de 50% da margem de solvência e outros títulos mobiliários.

O cálculo da Margem de Solvência atende alternativamente ao montante anual dos prémios ou ao valor médio anual dos sinistros liquidados nos três últimos exercícios. O valor da Margem de Solvência será igual no montante mais elevado obtido a partir de determinadas fórmulas aplicáveis aos prémios e aos sinistros: prémio de seguro anual e valor médio anual dos sinistros liquidados nos três últimos exercícios.

Quando uma empresa de seguros reduzir sensivelmente as suas actividades ou cessar de cobrir novos riscos, é necessário prever uma Margem de Solvência adaptada às responsabilidades decorrentes da sua actividade residual, tal como reflectido pelo nível das suas provisões técnicas.

⁴¹ Classificação dos riscos por ramos: (...) 10. Responsabilidade Civil por veículos terrestres motorizados; 11. Responsabilidade Civil por aeronaves; 12. Responsabilidade Civil por embarcações marítimas, lacustres ou fluviais; 13. Responsabilidade Civil Geral (qualquer responsabilidade, com excepção das mencionadas nos nºs 10, 11 e 12; 14. Crédito; 15. Caução (...)

4. BASILEIA

Assiste-se, em particular desde os anos 60 do século passado, a uma cada vez maior necessidade de harmonização internacional pela via regulamentar em todos os níveis e esferas. Entre os factores de motivação comumente apontados na condução de tais processos referem-se habitualmente o aumento da comparabilidade que essas situações permitem, exigido à força do processo contínuo de globalização e eliminação de fronteiras internacionais, e, ainda mais discutível, pela crença de que uma standardização de procedimentos, que diminuam significativamente os riscos associados às transacções em causa. O sector bancário não figura aqui como excepção.

4.1. BASILEIA I

Em 1973, o mercado financeiro mundial vivia momento de intensa volatilidade com o fim do Sistema Monetário Internacional, baseado em taxas de câmbio fixas. A liberação das taxas exigia medidas que minimizassem o risco do sistema.

O Banco do Brasil (2009) refere que a fragilidade alcançou um nível crítico em 1974, com o registo de distúrbios nos mercados internacionais, como a falha na liquidação de contratos de câmbio ocasionada pela insolvência do *Bankhaus Herstatt*, da Alemanha.

No final desse ano, os responsáveis pela supervisão bancária nos países do G-10⁴² decidiram criar o Comité de Regulamentação Bancária e Práticas de Supervisão, sediado no Banco de Compensações Internacionais - BIS, em Basileia, na Suíça. Daí a denominação Comité de Basileia (Wikipédia, 2009).

O Comité é constituído por representantes dos Bancos Centrais e por autoridades com responsabilidade formal sobre a supervisão bancária dos países membros do G-10. No Comité são discutidas questões relacionadas com a indústria bancária, visando melhorar a qualidade da supervisão bancária e fortalecer a segurança do sistema bancário internacional (Itaú Unibanco, 2009).

⁴² Os países participantes são: Alemanha, Bélgica, Canadá, Estados Unidos da América, França, Itália, Japão, Países Baixos, Reino Unido, Suécia e Suíça. Apesar de serem onze países, são conhecidos por G-10.

Deste modo, a causa de uma maior estabilidade no sistema bancário internacional assenta na harmonização dos critérios subjacentes à análise dos factores componentes do risco,. Em Julho de 1988, foi publicado o documento intitulado *Basel Capital Accord*,⁴³ mais conhecido como Basileia I.

Os objectivos do Acordo foram reforçar a solidez e a estabilidade do sistema bancário internacional e minimizar as desigualdades competitivas entre os bancos internacionalmente activos decorrentes de diferentes regras de exigência de capital mínimo pelos agentes reguladores nacionais dos diferentes EM.

O Acordo de Basileia definiu (Banco Brasil, 2009):

- o montante de capital próprio alocado para a cobertura de riscos, considerando os parâmetros definidos pelo regulador;
- que a exposição ao Risco de Crédito dos activos (dentro e fora do Balanço), são ponderados por diferentes pesos estabelecidos considerando, principalmente, o perfil do tomador;
- o Índice Mínimo de Capital para Cobertura do Risco de Crédito.

No entanto, a continuidade das perdas financeiras na actividade bancária terá justificado uma revisão ainda mais profunda. Assim, e já em 1996, ao risco de crédito juntou-se o risco de mercado e, posteriormente, a estrutura do acordo passou a assentar em três pilares ditos fundamentais.

Todos estes factos conduziram o Comité de Supervisão Bancária de Basileia a apresentar, a partir de Junho de 1999, propostas de revisão do *Basel Capital Accord*. Várias consultas foram feitas posteriormente junto das entidades supervisoras dos EM mais industrializados e da comunidade bancária internacional, culminando com a revisão em Junho de 2004.

⁴³ Trata-se de um documento emitido pelo *Basel Committee on Banking Supervision*, organismo constituído em 1974 e ligado ao *Bank for International Settlements*. O objectivo principal prende-se com o reforço da qualidade de supervisão bancária a nível mundial. Os membros da comissão são provenientes da Bélgica, Canadá, França, Alemanha, Itália, Japão, Luxemburgo, Países Baixos, Espanha, Suécia, Suíça, Reino Unido e Estados Unidos, sendo aí representados pelos respectivos Bancos Centrais ou por outras entidades responsáveis pela supervisão das entidades bancárias, nos países onde aqueles não actuam nessa qualidade.

4.2. BASILEIA II

Mais tarde, as mudanças vividas nos mercados, a par do desenvolvimento de novos métodos de identificação, avaliação e gestão de riscos, o próprio funcionamento do sistema bancário e as dificuldades sentidas acrescentaram novos motivos para uma revisão. Nesse sentido, o Banco do Brasil (2009) refere que o *Basel Committee on Banking Supervision* reconhece que: “O negócio da banca, as novas práticas de gestão de riscos, as novas abordagens de supervisão, e os mercados financeiros têm sofrido desde então uma significativa transformação”. Em consequência, várias alterações foram sucessivamente incorporadas, de modo a tornar o Basileia I mais adequado às contingências entretanto verificadas.

Por fim, em Junho de 2004 nasce aquela que será a versão final do novo acordo, o *Basel II* (Albuquerque, 2008): *International Convergence of Capital Measurement and Capital Standards: a Revised Framework*, designado por Basileia II, com os seguintes objectivos:

- Promover a estabilidade financeira, ou seja fortalecer a estrutura de capital das instituições;
- Favorecer a adopção das melhores práticas de gestão de riscos;
- Estimular maior transparência e disciplina de mercado.

Além da incorporação num único documento de todas as alterações ocorridas, a grande novidade desta revisão terá sido, indubitavelmente, a inclusão na sua estrutura do risco operacional. De entre os aspectos contidos nesta última componente do risco, encontramos grande parte dos elementos relacionados com o *rating* empresarial, como factor determinante à concessão de financiamentos pelas entidades bancárias.

O novo acordo continua a basear-se no cumprimento de um rácio de solvabilidade mínimo de 8% (ver Figura II) dos activos patrimoniais e extra patrimoniais ponderados pelo seu nível de risco. O que realmente muda com este novo regime prudencial é a definição da medida dos riscos tornando o rácio mais sensível aos riscos de crédito, aos riscos de mercado e também agora ao risco operacional dos requisitos de fundos próprios das instituições de crédito (Pilar 1), um reforço da supervisão dessas instituições por parte das entidades de supervisão (Pilar 2), e uma maior disciplina de mercado (Pilar 3) como

resultado de uma maior divulgação de informação que é exigida às instituições de crédito no que se refere aos riscos associados à sua actividade.

A estruturação do novo acordo assenta em três pilares, nos seguintes termos (Gregorio Labatut, Rafael Molina e José Pozuelo, 2005):

Pilar I - Regula as exigências dos requisitos mínimos de fundos próprios mais sensível ao risco, abrangendo a previsão de cobertura dos riscos de crédito, de mercado e operacional.

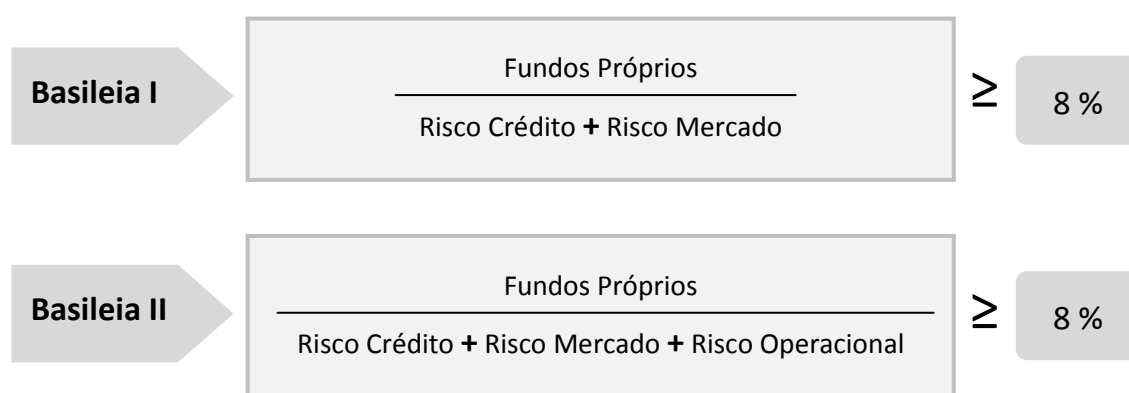
- **RISCO DE MERCADO**, advém da possibilidade de ocorrerem perdas mediante movimentos desfavoráveis no mercado. É o risco de perder valor resultante da mudança ocorrida no valor percebido de um instrumento. O exemplo clássico de risco de mercado resulta das perdas na Bolsa de Valores.
- **RISCO DE CRÉDITO**, ocorre quando pessoas individuais, empresas ou o governo falham em honrar o compromisso assumido de efectuar um pagamento. Existe uma fronteira ténue entre o risco de mercado e o risco de crédito, uma vez que o risco de mercado poderá influenciar as decisões dos agentes económicos. O risco de crédito advém de diversas fontes, entre as quais podemos destacar os empréstimos individuais (falha em repor total ou parcialmente a quantia emprestada) e as operações de troca (quando o sujeito se apercebe que vai perder dinheiro com a troca, fica relutante em pagar).
- **RISCO OPERACIONAL**, compreende todas as outras formas a partir das quais é passível que um banco perca dinheiro. O *Basel Committee on Banking* define risco operacional como "*the risk of direct or indirect losses resulting from inadequate or failed internal processes, people and systems or from external events*". Um exemplo base de risco operacional é a fraude.

Pilar II - Diz respeito ao processo de convergência das políticas e práticas de supervisão, estabelecendo ainda princípios essenciais da respectiva revisão, gestão de risco, responsabilidade e transparência. Contém preceitos que permitem medidas de excepção ou, de outro modo, de flexibilização das exigências inicialmente previstas, tais

como a fixação de requisitos mínimos diferenciados, em função dos perfis de risco ou da solidez dos sistemas de gestão ou ainda pelo SCI⁴⁴ das instituições;

Pilar III - Destina-se a fixar um conjunto de exigências de divulgação que proporcione ao mercado uma informação mais sustentada sobre o capital, a exposição e o processo de aferição do risco subjacente a cada banco, sem prejuízo da existência de informações de carácter confidencial.

Figura 2: Tipos de risco a cobrir com fundos próprios.



Fonte: Adaptado (várias fontes)

Podemos afirmar que, na avaliação dos resultados do processo de construção do Acordo de Basileia II, os objectivos propostos de encontrar um novo patamar na gestão de risco de crédito foram alcançados de forma adequada. Esse resultado positivo foi obtido, em grande parte, pela clara percepção por parte do sector financeiro da importância de uma maior proximidade entre o capital mínimo exigido e o capital que resulta dos riscos de crédito assumidos. Tal objectivo levou à introdução de novas metodologias de gestão do risco de crédito. Essa evolução não decorreu apenas das visíveis lacunas das regras de adequação de fundos próprios de 1988, mas também pelos benefícios que as metodologias que foram desenvolvidas proporcionaram ao nível da eficiência e da rentabilidade para o accionista.

⁴⁴ O SCI é uma solução integrada de controlos internos, compliance e riscos operacionais. Oferece recursos para uma organização implantar bons controlos reduzindo o risco da operação. O SCI possui funcionalidades para qualificação e quantificação do risco, estabelecimento de controlo, gestão de perdas, definição de planos de testes e planos de acção, entre outras. Todos os dados são sumarizados em relatórios, tornando o SCI uma ferramenta efectiva de gestão (Sindicato dos Bancos do Estado do Rio Janeiro, 2008).

Apesar das reconhecidas dificuldades na implementação do Acordo de Basileia II, em termos micro e macroeconómicos, verifica-se que actualmente se está próximo de atingir o alinhamento dos riscos das actividades bancárias e sua administração com os requisitos de capital. Pode-se sustentar, portanto, que o Acordo de Basileia II se apresenta como um instrumento relevante para melhorar a segurança e a solidez do sistema financeiro mundial, na medida em que enfatiza a importância crítica do controlo interno dos bancos, da contabilidade bancária, dos processos e modelos de administração de riscos, do processo de revisão do supervisor e, em especial, da disciplina do mercado.

De acordo com Ribeiro (2007), repórter do Jornal Notícias:

“Para as instituições bancárias, a vantagem mais imediata associada ao Basileia II reside na potencial diminuição dos fundos exigidos para cobrir o risco de crédito, o que permitirá libertar capital para alavancar a actividade do banco e torná-lo mais competitivo. Paralelamente e numa vertente qualitativa, Basileia II terá como principal benefício a adopção de melhores procedimentos internos de gestão de risco.”

5. SOLVÊNCIA

A importância económica e social dos seguros é de tal ordem que a necessidade da intervenção das autoridades públicas, sob a forma de apreciação pela autoridade de supervisão, é geralmente reconhecida. As seguradoras não só fornecem uma protecção contra acontecimentos futuros dos quais podem resultar perdas, mas canalizam também as poupanças dos agregados familiares para os mercados financeiros (Comissão das Comunidades Europeias, 2007).

A intervenção pelas autoridades públicas visou, até agora, centrar-se na introdução de medidas que procuram garantir a solvência das empresas ou minimizar as perturbações e perdas decorrentes da insolvência. Neste contexto, as seguradoras e resseguradoras devem observar certos requisitos em matéria de solvência, de forma a assegurar o respeito dos seus compromissos para com os tomadores de seguros.

A Associação Portuguesa de Seguradores (2008) refere que um dos objectivos preambulares da Comunidade foi a construção e o desenvolvimento de um mercado único de seguros que eliminasse as barreiras internas à actividade seguradora no espaço Europeu e garantisse o acesso de todos os cidadãos comunitários ao maior número de produtos de seguro possível. Este objectivo foi alcançado com o Tratado, no qual se estabeleceu a livre circulação de bens, pessoas, serviços e capitais.

Contudo, a livre circulação não diluía por si só as dissemelhanças de princípios e regras existentes entre os EM. Com o objectivo de alcançar uma maior harmonização das regras de mercado do sector segurador, iniciou-se um processo legislativo comunitário com a evolução de diversas Directivas, nos termos anteriormente referidos neste trabalho.

A evolução do quadro legislativo despoletou uma reflexão e consciencialização sobre a necessidade de novos princípios prudenciais, tendo em vista a manutenção e eficácia dos seus objectivos, os quais passam, em última instância, pela garantia e salvaguarda dos direitos dos segurados (Comissão das Comunidades Europeias, 2007).

A reflexão dos princípios prudenciais que acompanharam a *Terceira Geração de Directivas* vai dar origem à revisão dos requisitos de Solvência, a qual começa a ser efectivada em 2002 com o Solvência I e consolidada em 2007 com o Solvência II.

Apesar da primeira fase coincidir com a publicação do Regulamento (CE) 1606/2002 e a segunda ser posterior, pela sua importância crítica, por um lado, e pelo facto de traduzir a consolidação de reflexões e preocupações prévias a 2002, por outro, não podem deixar de ser referidos num quadro de análise de evolução das Directivas Bancária e Seguradora.

Concretamente, a *Segunda e Terceira Gerações* de Directivas para os ramos vida e não vida previam que a Comissão procedesse a uma revisão dos requisitos de Solvência. Na sequência dessa revisão, foi acordada em 2002 uma reforma limitada mas acelerada (Directivas 2002/12/CE e 2002/13/CE), a que se designou regime Solvência I. No entanto, e conforme o descrito no documento apenso à Proposta de Directiva do Parlamento Europeu e do Conselho (2007), tornou-se claro durante o processo Solvência I que persistiam algumas deficiências:

- Falta de sensibilidade ao risco: o regime existente não tinha em linha de conta alguns riscos essenciais - o risco de mercado, o risco de crédito e o risco operacional. Além disso, o regime não prospectivo envolve poucos requisitos qualitativos em relação à administração e gestão dos riscos e não impõe supervisores para um controlo regular destes aspectos qualitativos. A falta de sensibilidade ao risco deixa que as seguradoras não tenham tanto incentivo para gerir adequadamente os seus riscos, nem melhorar ou investir na gestão dos riscos. O regime do processo Solvência I não assegurava a intervenção precisa e atempada pelos supervisores, nem facilitava uma afectação óptima do capital, não protegendo, consequentemente, os tomadores de seguros tão bem quanto poderia.

- Restrições ao funcionamento adequado do mercado único: o quadro legislativo da UE definia normas mínimas que poderiam ser complementadas por regras adicionais a nível nacional. O uso dessa prerrogativa por parte dos EM distorce e ameaça o bom funcionamento do mercado único dos seguros. Desta forma, aumentam os custos das seguradoras bem como dos tomadores de seguros e compromete a concorrência dentro da UE. Restrição adicional decorre da persistência de diferenças significativas na forma como a supervisão é conduzida.

- Disposições inadequadas em relação à supervisão de grupos: a forma como era abordada a supervisão de grupos foi-se afastando cada vez mais da actual estrutura e organização real dos grupos, dado que se centra em entidades jurídicas. Essa organização

tem vindo a tornar-se cada vez mais centralizada, à medida que têm vindo a ser inseridos sistemas de gestão dos riscos a nível do grupo e a serem consolidadas funções essenciais. Desde a forma como os grupos são geridos até à respectiva supervisão, aumenta não só os custos suportados pelos grupos de seguradoras, como também a possibilidade de descuidar alguns riscos essenciais a nível do grupo.

- Falta de coerência internacional e intersectorial: os trabalhos da Associação Internacional das Autoridades de Supervisão dos Seguros e do International Accounting Standard Board (Conselho das Normas Internacionais de Contabilidade), relativos ao estabelecimento de novas normas de solvência e à avaliação das provisões técnicas, orientam-se para uma abordagem económica baseada no risco, a qual é radicalmente diferente da filosofia subjacente ao actual regime da UE. Mas, através da Directiva relativa aos requisitos de fundos próprios, foi inserido para os bancos um regime de solvência baseado no risco. A falta de convergência internacional e intersectorial põe em risco a competitividade das seguradoras da UE.

5.1. SOLVÊNCIA I

A primeira etapa do projecto, designada por **Solvência I**, foi aprovada em 2002 tornando-se de aplicação obrigatória a 1 Janeiro de 2004, teve como principal objectivo o reforço das garantias existentes, alcançado por duas vias, conforme consta nos textos descritivos da Associação Portuguesa de Seguradores (2008):

a. Aumento dos requisitos mínimos:

- Aumento do fundo de garantia exigido para um valor de 3 Milhões de Euros (2 Milhões em determinados ramos);
- Aumento significativo dos patamares a que se aplicam as percentagens máximas para a determinação da Margem de Solvência. Para o cálculo baseado nos prémios, o patamar passou de 10 Milhões de Euros para 50 Milhões de Euros; e em Sinistros, ultrapassou de 7 milhões de Euros para 35 Milhões de Euros;
- Exigências acrescidas ao nível da Solvência para determinados ramos não-vida que apresentam uma maior volatilidade, nomeadamente: Responsabilidade Civil Geral, Marítimo e Aéreo.

b. Maiores poderes para a Entidade de Supervisão

- Possibilidade da entidade de supervisão exigir um plano de reequilíbrio da situação financeira a uma empresa que, embora respeite os requisitos mínimos de Solvência, apresente uma evolução que possa vir a colocar em risco os direitos dos segurados.

O modelo Solvência I tinha por base 3 grandes vectores: regras de cálculo das provisões técnicas; definição do tipo e limites dos activos a serem utilizados como garantia das provisões técnicas; e a forma de cálculo da Margem de Solvência e do fundo de garantia, com base em percentagens de prémios, sinistros e provisões.

Simple e de baixo custo, este modelo foi desde logo considerado como temporário derivado às várias limitações que apresentava, tais como o carácter estático e inexistência de uma ponderação dos riscos assumidos; a ausência de incentivos à gestão de risco e à optimização de controlos internos; e o desfasamento das regras de supervisão e de intervenção face à realidade do mercado (Associação Portuguesa de Seguradores, 2008).

Entretanto, escândalos envolvendo grandes corporações como Enron, Adelphia Communications, Kmart, Worldcom, Global Crossing, entre outros, enfraqueceu um dos principais alicerces entre os investidores e as empresas: a confiança. Paralelamente, ocorrem os desastres financeiros como o Daiwa Bank (1995) e o Barings Bank (1995) que contribuíram, em conjunto com a dinamização do mercado, para impulsionar melhorias no processo de supervisão e fiscalização do mercado financeiro (Betty Chan, 2008).

5.2. SOLVÊNCIA II

O regime Solvência I aumentou o fundo mínimo de garantia em 2002, mas esse aumento foi apenas uma medida provisória necessária para melhorar a protecção do tomador de seguros na pendência da realização de um projecto de reforma mais fundamental. O projecto Solvência II é o resultado desse processo, propondo uma revisão mais ampla da situação financeira das empresas de (res)seguros.

Assim, emergiu o projecto **Solvência II**, com votação para aprovação de Directiva em 2007 e possível aplicação obrigatória em 2010, que determinou um quadro global de

Solvência aplicado a todas as seguradoras dos EM, baseado no risco e numa supervisão eficaz que proteja de forma efectiva os direitos dos segurados.

No projecto Solvência II, a Comissão teve como preocupação fundamental a adopção de uma estrutura de pilares do tipo Basileia⁴⁵. Tendo em conta esta orientação e a definição dos grandes objectivos estratégicos, o projecto Solvência II ficou estruturado com base nos três conhecidos pilares, conforme referido pela Associação Portuguesa de Seguradoras (2008):

Pilar 1: Desenvolver e constituir um novo sistema que permita determinar os capitais próprios mínimos exigíveis a cada seguradora em função dos riscos assumidos e da gestão realizada pela seguradora sobre cada um deles (Requisitos Quantitativos de Capital);

Pilar 2: Deliberar um conjunto de novas competências e mecanismos de actuação dos supervisores. Pretende-se que as entidades supervisoras possam antecipar e acautelar situações em que o aumento do risco assumido pela seguradora não seja acompanhado por um aumento dos níveis de capital exigido (Processo de Revisão e Supervisão). Este pilar terá impacto sobre as organizações através de exigências adicionais em matérias de *governance*, controlo interno e gestão de riscos;

Pilar 3: Estabelecer a informação que as entidades deverão proporcionar aos diversos *stakeholders* essencialmente em relação à política de gestão de riscos (riscos assumidos, mecanismos de gestão dos riscos, sistemas de controlo implementados), com vista ao aumento da disciplina de mercado (Apresentação e Divulgação).

A principal ideia a reter no projecto de Solvência II, conforme refere a Associação Portuguesa de Seguradoras (2008), é que:

“...alterará de forma considerável a avaliação e gestão do risco das seguradoras. Será um modelo de *risk sensitive* estabelecendo como tal uma relação directiva entre o risco assumido e capital exigido.

⁴⁵ Projecto Basileia II que procedeu à revisão das garantias financeiras no sector bancário.

6. CONCLUSÃO

Neste trabalho dedicámos essencialmente a nossa atenção à evolução das Directivas relativas ao sector bancário e segurador, realçando o papel das Directivas Bancária e Seguradora publicadas previamente ao Regulamento (CE) Nº1606/2002, contextualizando-as com a harmonização contabilística internacional e estabelecendo a sua ligação com a evolução futura que a aplicação deste Regulamento, bem como a evolução do mercado único, determinam.

A evolução ao longo de décadas dos mercados e a intensificação do processo de criação de um mercado único europeu implicou uma maior exigência no que respeita às actividades financeiras, permitindo e exigindo uma maior transparência e fluidez de movimento de capitais.

Os mercados económico-financeiros desempenham um papel cada vez mais relevante nas actividades bancárias e seguradora, tornando os bancos e as empresas de seguros mais dependentes das flutuações desses mercados. Desta forma, com a adopção de várias Directivas de âmbito bancário e segurador, verificou-se uma evolução ao nível da liberalização do mercado único, nomeadamente em matéria de estabelecimento e de prestação de serviços; dos requisitos mínimos para exercer a actividade além-fronteiras; bem como da unificação de regulamentações prudenciais entre EM.

As empresas dos sectores bancário e segurador, devido às respectivas particularidades, exigiram ainda um tratamento específico ao nível contabilístico, face ao preconizado nas Quarta e Sétima Directivas, como base indispensável aos avanços do funcionamento de um mercado global europeu.

Tornou-se urgente implementar um corpo de normas, aceite internacionalmente, de forma a assegurar que a informação de base à tomada de decisões económicas fosse transparente, compreensível, fiável, consistente e comparável à escala internacional. Isto porque o tratamento não harmonizado da informação financeira em cada EM, pode ter impactos profundos no relato financeiro de uma mesma entidade e conduzir a diferenças quanto aos resultados apurados nas demonstrações financeiras por parte da mesma.

Surgiram assim duas directivas sectoriais, a Bancária e a Seguradora, com o principal objectivo de assegurar a harmonização contabilística no seio da UE ao nível da Banca e dos Seguros de forma a obter informação financeira comparável de apoio à tomada de decisão e a facilitar a aplicação e mobilidade de capitais nestes sectores.

Um novo patamar irá ser atingido na sequência da consolidação do mercado único e da aplicação em pleno por parte dos EM do Regulamento (CE) 1606/2002 ao serem adoptadas as NIC. As bases de análise económico-financeira e de apoio à tomada de decisão dos gestores terão um enquadramento legislativo e conceptual comum.

Assim, com o objectivo de contribuir para um melhor funcionamento do mercado interno, as sociedades cujos títulos são negociados publicamente devem aplicar um único conjunto de normas internacionais de contabilidade, para efeitos da elaboração das respectivas demonstrações financeiras consolidadas (Parlamento Europeu e Conselho da União Europeia, 2002c).

A globalização a que se assiste e a comparabilidade decorrente da implementação do Regulamento (CE) 1606/2002 por parte dos EM permitirá uma maior facilidade para os agentes económicos operarem no mercado europeu num contexto de liberalização de mercado de capitais, de bens e de pessoas.

Com a publicação do Regulamento (CE) 1606/2002, as sociedades cotadas ficam obrigadas a elaborar as suas contas consolidadas em conformidade com as NIC a partir de 1 de Janeiro de 2005, permitindo-se a alternativa excepcional de entrada em vigor após 1 de Janeiro de 2007. O Regulamento concede também a faculdade aos EM, de permitirem ou exigirem a aplicação das NIC na elaboração das contas individuais das empresas cotadas assim como na elaboração das contas das sociedades não cotadas. O Regulamento também prevê que as NIC adoptadas para aplicação na Comunidade, respeitem as exigências mínimas das Quarta e Sétima Directivas.

Deste modo, conclui-se que a aplicação do Regulamento (CE) 1606/2002 e a adopção das NIC por parte dos EM conduz a uma redução de custos significativos (uma vez que apresenta um único conjunto de contas); a uma aceitação directa das contas das entidades emitentes nacionais nas diversas praças internacionais; e à comparabilidade das contas e

confiança na aplicação dos respectivos critérios contabilísticos para todas as empresas e, entre estas, realçamos as do sector bancário e segurador.

A presente Dissertação, incluída num projecto global do Instituto Superior de Contabilidade e Administração da Universidade de Aveiro, espera constituir um contributo para o estudo deste tema para possíveis seguidores, uma vez que o respectivo limite temporal foi a publicação do Regulamento (CE) 1606/2002.

Desta forma, torna-se evidente e necessário, a continuação da investigação, o que é crível venha a acontecer atendendo às diversas e relevantes alterações desde essa data até aos dias de hoje. Assim, este trabalho representa apenas uma primeira etapa de uma série de pesquisas relacionadas com a origem e evolução das Directivas Bancária e Seguradora, num contexto de aprofundamento de um mercado único europeu, podendo ser elaborados outros estudos, tais como:

- Análise da evolução das Directivas Bancária e Seguradora após Regulamento (CE) 1606/2002;
- Impacto da aplicação das IAS na contabilidade bancária e seguradora;
- Impacto da aplicação do justo valor na contabilidade bancária e seguradora.

Estas sugestões podem ser realizadas no sentido de melhorar a história da contabilidade bancária e seguradora, bem como assessorar analistas, estudiosos e profissionais da contabilidade, da banca e dos seguros.

BIBLIOGRAFIA

- ALBUQUERQUE, Fábio, 2007, “Contabil & Empresarial Fiscolegis”, consulta em Outubro de 2008, disponível em <http://www.netlegis.com.br>
- ALBUQUERQUE, Fábio, 2008, “Basileia II e as Normas Internacionais de Contabilidade”, consulta em Fevereiro 2009, disponível em <http://www.icbrasil.com.br>
- ALMEDINA, Base de Dados Jurídica, 1998, “Decreto-Lei nº 94-B/98 de 17/04/1998”, consulta em Janeiro de 2009, disponível em <http://dbjur.almedina.net>
- ALMEDINA, Base de Dados Jurídica, 2003, “Decreto-Lei nº 251/2003 de 14/10/2003”, consulta em Fevereiro de 2009, disponível em <http://dbjur.almedina.net>
- AMARAL, Catarina, 2001, “Processo de Harmonização Contabilística Internacional: Tendências Actuais”, Revista Gestão e Desenvolvimento, nº 10, pp.33-58, Viseu, Universidade Católica Portuguesa – Centro Regional das Beiras
- ASSOCIAÇÃO Portuguesa de Seguradores, 2008, “Solvência II”, consulta em Novembro de 2008, disponível em <http://apseguradores.pt>
- BANCO do Brasil, “Gestão de Riscos de Crédito - Basileia”, consulta em Janeiro de 2009, disponível em <http://www.bb.com.br>
- BELL, Judith, 1997, “Como realizar um projecto de investigação”, Gradiva Publicações, Lisboa
- CHAN, Betty, 2008, “Novas Regras de Solvência no Mercado Segurador Brasileiro: Uma Reflexão Acerca do Modelo Adoptado” consulta em Abril de 2009, disponível em <http://www.congressosp.fipecafi.org>
- COMISSÃO das Comunidades Europeias, 1995, “Comunicação da Comissão: Harmonização Contabilística, uma nova estratégia relativamente à harmonização internacional - COM (95) 508”, Bruxelas
- COMISSÃO das Comunidades Europeias, 2000, “Comunicação da Comissão ao Conselho e ao Parlamento Europeu: Estratégia da UE para o futuro em matéria de informações financeiras a prestar pelas empresas - COM (2000) 359 final” de 13/06/2000, Bruxelas
- COMISSÃO das Comunidades Europeias, 2003a, “Comunicação da Comissão ao Conselho e ao Parlamento Europeu: Modernizar o direito das sociedades e reforçar o governo das sociedades na União Europeia - Uma estratégia para o futuro - COM (2003) 284 final” de 21/05/2003, Bruxelas
- COMISSÃO das Comunidades Europeias, 2003b, “Regulamento (CE) nº 1725/2003 da Comissão de 21 Setembro de 2003, que adopta certas normas internacionais de

contabilidade, nos termos do Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho”, JO L262 13/10/2003, p.1-2

COMISSÃO das Comunidades Europeias, 2003c, “Observações relativas a certas disposições do Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho de 2002, relativo à aplicação das normas internacionais de contabilidade, bem como da Quarta Directiva 78/660/CEE do Conselho, de 25 de Julho de 1978, e ainda da Sétima Directiva 83/349/CEE do Conselho, de 13 de Junho de 1983, relativa às contas consolidadas”, Novembro 2003, Bruxelas

COMISSÃO das Comunidades Europeias, 2005, “Livro Branco - COM (2005) 629 final” de 01/12/2005, Bruxelas

COMISSÃO das Comunidades Europeias, 2007, “Documento de trabalho dos serviços da Comissão - Documento apenso à Proposta de Directiva do Parlamento Europeu e do Conselho aos seguros de vida ao acesso à actividade de seguros e resseguros e ao seu exercício - Solvência II - Síntese da avaliação de impacto – COM (2007) 361 final”, de 10/07/2007

COMITÉ Económico e Social Europeu, 2003, “Proposta de directiva do Parlamento Europeu e do Conselho que altera a Directiva 68/151/CEE no que diz respeito aos requisitos de publicidade relativamente a certas categorias de sociedades - Parecer COM (2002) 279 final – 2002/0122 (COD)”, JO C85 de 08/04/2003

CONSELHO da Comunidade Económica Europeia, 1962, “Programa Geral para a Supressão das Restrições à Liberdade de Estabelecimento”, JO 2 de 15/01/1962, p.36-45

CONSELHO das Comunidades Europeias, 1968, "Primeira Directiva 68/151/CEE do Conselho, de 9 de Março de 1968", JO L65 14/03/1968, p. 8-12

CONSELHO das Comunidades Europeias, 1973a, "Primeira Directiva 73/239/CEE do Conselho, de 24 de Julho de 1973", JO L228 18/08/1973, p. 3-19

CONSELHO das Comunidades Europeias, 1973b, "Primeira Directiva 73/240/CEE do Conselho, de 24 de Julho de 1973", JO L228 18/08/1973, p. 20-22

CONSELHO das Comunidades Europeias, 1976, "Segunda Directiva 77/91/CEE do Conselho, de 13 de Dezembro de 1976", JO L26 31/01/1977, p. 1-13

CONSELHO das Comunidades Europeias, 1977, "Primeira Directiva 77/780/CEE do Conselho, de 12 de Dezembro de 1977", JO L322 17/12/1977, p. 33-37

CONSELHO das Comunidades Europeias, 1978, "Quarta Directiva 78/660/CEE do Conselho, de 25 de Julho de 1978", JO L222 14/08/1978, p. 11-31

- CONSELHO das Comunidades Europeias, 1979, "Primeira Directiva 79/267/CEE do Conselho, de 5 de Março de 1979", JO L63 13/03/1979, p. 1-18
- CONSELHO das Comunidades Europeias, 1983, "Sétima Directiva 83/349/CEE do Conselho, de 13 de Junho de 1983", JO L193 18/07/1983, p. 1-31
- CONSELHO das Comunidades Europeias, 1986, "Directiva 86/635/CEE do Conselho, de 8 de Dezembro de 1986", JO L372 31/12/1986, p. 1-27
- CONSELHO das Comunidades Europeias, 1988, "Segunda Directiva 88/357/CEE do Conselho, de 22 de Junho de 1988", JO L172 04/07/1988, p. 1-14
- CONSELHO das Comunidades Europeias, 1989, "Segunda Directiva 89/646/CEE do Conselho, de 15 de Dezembro de 1989", JO L386 30/12/1989, p. 1-13
- CONSELHO das Comunidades Europeias, 1990a, "Directiva 90/604/CEE do Conselho, de 8 de Novembro de 1990", JO L317 16/11/1990, p. 57-59
- CONSELHO das Comunidades Europeias, 1990b, "Directiva 90/605/CEE do Conselho, de 8 de Novembro de 1990", JO L317 16/11/1990, p. 69-62
- CONSELHO das Comunidades Europeias, 1990c, "Directiva 90/619/CEE do Conselho, de 8 de Novembro de 1990", JO L330 29/11/1990, p. 50-61
- CONSELHO das Comunidades Europeias, 1991a, "Directiva 91/674/CEE do Conselho, de 19 de Dezembro de 1991", JO L374 31/12/1991, p. 7-31
- CONSELHO das Comunidades Europeias, 1991b, "Directiva 91/675/CEE do Conselho, de 19 de Dezembro de 1991", JO L374 31/12/1991, p. 32-33
- CONSELHO das Comunidades Europeias, 1992a, "Directiva 92/49/CEE do Conselho, de 18 de Junho de 1992", JO L228 11/08/1992, p. 1-239
- CONSELHO das Comunidades Europeias, 1992b, "Directiva 92/96/CEE do Conselho, de 10 de Novembro de 1992", JO L360 09/12/1992, p. 1-27
- CUBILLO VALVERDE, Carlos, 1987, "La Contabilidad y La Consolidación en Las Directrices de Las Comunidades Europeas", Revista Española de Financiación y Contabilidad, Vol. XVII, n. 53, p. 425-436
- EUROPA, Portal da União Europeia, 1957, "Tratado de Roma [download] Eurolex", consulta em Março de 2008, disponível em <http://europa.eu/index.htm>
- GOMES, José Caramelo, 2000, "Direito Comunitário dos Seguros", Actas do Primeiro Congresso de Direito dos Seguros, Editora Almedina, Coimbra
- GONÇALVES Pereira, Castelo Branco e Associados, 2005, "Alteração da Segunda Directiva relativa à constituição da sociedade anónima, bem como à conservação

e às modificações do seu capital social”, consulta em Novembro de 2008, disponível em [html://www.gpcb.pt](http://www.gpcb.pt)

GREGORIO LABATUT, RAFAEL MOLINA y JOSÉ POZUELO, 2005, “La utilización de los métodos de calificación interna para el cálculo del riesgo de credito en el marco de Basilea II”, consulta em Março de 2009, disponível em <http://www.gva.es>

HEMEROTECA Digital (Câmara Municipal de Lisboa), 2005, “Efemérides: Tratado de Roma”, consulta em Setembro 2008, disponível em <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt>

ITAÚ UNIBANCO, Banco Múltiplo SA, “Gestão de Riscos – Basileia”, consulta em Janeiro de 2009, disponível em <http://www.ri.unibanco.com.br>

JULVE, Vicente Montesinos, 1981, “Modelo Contable Europeo: La Cuarta Directriz de La C.E.E., Revista Española de Financiación y Contabilidad”, Vol. X, n. 34, pp. 143-218

PARLAMENTO Europeu e Conselho da União Europeia, 1995, "Directiva 95/26/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de Junho de 1995", JO L168 18/07/1995, p. 7-13

PARLAMENTO Europeu e Conselho da União Europeia, 1998, "Directiva 98/33/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 22 de Junho de 1998", JO L204 21/07/1998, p. 29-36

PARLAMENTO Europeu e Conselho da União Europeia, 2000, "Directiva 2000/12/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 22 de Março de 2000", JO L126 26/05/2000, p. 1-59

PARLAMENTO Europeu e Conselho da União Europeia, 2001, "Directiva 2001/65/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de Setembro de 2001", JO L283 27/10/2001, p. 28-32

PARLAMENTO Europeu e Conselho da União Europeia, 2002a, "Directiva 2002/12/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de Março de 2002", JO L77 20/03/2002, p. 11-16

PARLAMENTO Europeu e Conselho da União Europeia, 2002b, "Directiva 2002/13/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de Março de 2002", JO L77 20/03/2002, p. 17-22

PARLAMENTO Europeu e Conselho da União Europeia, 2002c, “Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 Julho de 2002, relativo à aplicação das Normas Internacionais de Contabilidade”, JO L 243 11/09/2002, p. 1-4

- PARLAMENTO Europeu e Conselho da União Europeia, 2006, "Directiva 2006/68/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 6 de Setembro de 2006", JO L264 25/09/2006, p. 32-36
- PARLAMENTO Europeu e Conselho da União Europeia, 2003, "Parecer 2002/0122 (COD) PE 315.034", Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários, relator Christopher Huhne
- PAULA, Luiz Fernando Rodrigues de, 2002, "Consolidação Bancária: tendências recentes nos países desenvolvidos e na União Europeia", São Paulo (Brasil)
- RIBEIRO, Pedro, 2007, "Jornal de Notícias: Foi você que pediu um acordo de Basileia?", Jornal diário de 16/01/2007, consulta em Janeiro de 2008, disponível em <http://dn.sapo.pt>
- SILVA, Aníbal Cavaco, 2002, "Congresso Nacional de Associação Cristã de Empresários e Gestores – Globalização e Desenvolvimento", consulta em Março 2009, disponível em <http://esscp.globalizacao.googlepages.com/>
- SINDICATO dos Bancos do Estado do Rio Janeiro, 2008, Informativo Bancário, Ano 4, Número 11, Abril, consulta em Janeiro 2009, disponível em <http://www.ubsistemas.com.br>
- SIQUEIRA, António Carlos Pedroso, 2000, "A Contabilidade e a Harmonização das Práticas Internacionais", consulta em Dezembro 2008, disponível em <http://www.milenio.com.br/siqueira/Trabalhos.htm>
- TRIBUNAL de Justiça da Comunidade Europeia, 1997, Acórdão "Livre circulação de capitais - Livre prestação de serviços - Instituições de crédito – Processo C-222/95", de 9 de Julho de 1997
- VIEIRA DE ALMEIDA, & Associados, 2006, "Direito Comunitário, Concorrência e Propriedade Industrial", consulta em Setembro 2008, disponível em <http://www.vda.pt/> - Secção Flash Informativo
- WIKIPÉDIA, A Enciclopédia Livre, definições "várias", diversas consultas durante o ano de 2009, disponível em <http://pt.wikipedia.org>.